

SUMÁRIO – 7.4 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

7	PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO	7.1-1
7.4	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	7.4-1
7.4.1.	INTRODUÇÃO.....	7.4-1
7.4.2.	RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	7.4-6
7.4.2.1.	PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DA AID E MONITORAMENTO POPULACIONAL DAS LOCALIDADES DE INTERESSE....	7.4-6
7.4.2.1.1.	LEVANTAMENTOS CENSITÁRIOS EM LOCALIDADES DE INTERESSE.....	7.4-15
7.4.2.2.	CÁLCULO DA SUFICIÊNCIA DE VAGAS EM ESCOLAS PÚBLICAS URBANAS (7. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NAS ESCOLAS) ..	7.4-21
7.4.2.2.1.	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS	7.4-21
7.4.2.2.2.	AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA NAS ESCOLAS	7.4-28
7.4.2.3.	OUTROS INDICADORES.....	7.4-56
7.4.2.3.1.	SEGURANÇA PÚBLICA.....	7.4-56
A)	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS	7.4-56
B)	TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES	7.4-59
C)	CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	7.4-62
D)	EVOLUÇÃO DE CONTRATAÇÕES DE MÃO DE OBRA	7.4-64
E)	ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	7.4-66
7.4.1	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS E METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO	7.4-66
7.4.3.	ATIVIDADES PREVISTAS.....	7.4-68
7.4.4.	CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS.....	7.4-69
7.4.5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	7.4-71
7.4.6.	EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	7.4-73
7.4.7.	ANEXOS	7.4-73

7 PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO

7.4 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

7.4.1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui-se no 12º Relatório Consolidado (RC) do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), no âmbito do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte, no qual estão descritas as principais ações e resultados obtidos no primeiro semestre de 2017. Apresenta-se, também, a análise da evolução dos principais indicadores monitorados por este Programa com dados disponíveis no período e com a nova estrutura dos indicadores aprovada pelo Ibama em fevereiro/17, por meio do Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA.

O Programa 7.4 tem como principal objetivo criar e monitorar indicadores de acompanhamento dos possíveis impactos socioeconômicos previstos nos municípios da Área de Influência Direta (AID) e da Área de Influência Indireta (AII) da UHE Belo Monte, devido à implantação do empreendimento, como definido no PBA. Além disso, o Programa visa, também, gerar informações que permitam identificar possíveis impactos não previstos, bem como possibilitem, eventualmente, subsidiar alterações de estratégia e auxiliar a atividade de planejamento dos municípios.

Desde o início, todas as coletas foram realizadas após a concordância do gestor da instituição e, a partir daí, foram protocolados ofícios sempre que necessário. Para o controle desse processo, além da agenda mensal de campo, todos os ofícios foram digitalizados e controlados por meio de um documento gerencial (**Anexo 7.4 – 2 e Anexo 7.4 – 3**). Para alguns indicadores, definiram-se fontes de dados secundárias, cuja coleta seria feita por meio de acesso a sites, sistemas ou pedidos de tabulação especial.

A metodologia também envolveu o registro fotográfico das atividades de coleta nas instituições e escolas (**Anexo 7.4 – 4**), bem como nas pesquisas de campo domiciliares (Levantamentos Populacionais Censitários nas localidades de interesse e Pesquisa de Condições de Vida – PCV da população da sede urbana de Altamira que não é alvo de relocação). A última campanha da PCV (4ª) foi apresentada no 11º RC. Já quanto aos Levantamentos Censitários, a 10ª campanha foi finalizada no primeiro semestre de 2017 e o seu registro fotográfico consta neste relatório (**Anexo 7.4 – 5**).

No caso da coleta em escolas, foram definidos grupos (escolas urbanas de Altamira) e rotas (escolas rurais) que reúnem as escolas mais próximas e definem trajetos mais lógicos e eficientes. Para tanto, é atualizado, mensalmente, um documento chamado “Roteirização”, com as informações citadas. Neste RC está anexada a Roteirização do mês de junho/17 (**Anexo 7.4 – 6**).

Sobre a revisão dos indicadores citada acima, o Programa 7.4 apresentou nova proposta de reestruturação em função da fase do empreendimento. Nesse sentido, onze indicadores deixaram de ser monitorados e dois foram reestruturados, diminuindo sua abrangência. No total, permaneceram 18 indicadores.

Os indicadores que deixaram de ser monitorados são apresentados a seguir no **Quadro 7.4.1-1**.

Quadro 7.4.1-1 – Indicadores que deixaram de ser monitorados segundo anuência do IBAMA, por não serem mais estratégicos ao monitoramento, nesta atual fase da UHE Belo Monte, pós Licença de Operação

INDICADOR	ANUÊNCIA / IBAMA
2. Evolução do número de novas ligações elétricas realizadas	Parecer Técnico 02001.05036-2014-17 COHID-IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
4. Evolução do número de ligações de água	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
8. Evolução do número de professores	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
9. Alteração no quadro de partos entre crianças e adolescentes	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
12. Casos de doenças e endemias transmissíveis	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
13. Número de médicos por 1.000 habitantes	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
14. Taxa de mortalidade infantil	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
15. Mortalidade por doença diarreica aguda em menores de cinco anos de idade	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
16. Percentual de cobertura do PSF em relação à população total	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
17. Evolução do número de novas construções e de loteamentos	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
21. Número de policiais por 1.000 habitantes	Parecer Técnico 02001.05036-2014-17 COHID-IBAMA, em que foi aceita a exclusão dos indicadores pelo Ibama.

INDICADOR	ANUÊNCIA / IBAMA
22. Número de viaturas policiais	Parecer Técnico 02001.05036-2014-17 COHID-IBAMA, em que foi aceita a exclusão dos indicadores pelo Ibama.
24. Evolução da emissão de DAPS (Declaração de Aptidão ao Pronaf)	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
25. Evolução dos preços de produtos agrícolas	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.
26. Evolução na área total de produção agrícola	Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA, em que foi aceita a exclusão do indicador pelo Ibama.

Os indicadores reestruturados foram “Evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza” e “Evolução do número de matrículas nas escolas”. O primeiro foi revisto por ter se mostrado pouco efetivo como *proxy* para o afluxo populacional, já que são dados estimados pelas prefeituras, com grande margem de erro. Neste caso, devido ao fato de a Norte Energia ter implantado aterros sanitários em Altamira e Vitória do Xingu, e estar em negociação o aterro de Anapu, manteve-se o monitoramento nesses três municípios dos cinco que compõem a AID da UHE Belo Monte. O método de coleta continua o mesmo, por meio de aplicação de formulário nas secretarias municipais responsáveis pela coleta e descarregamento dos resíduos sólidos.

Já para o indicador “Evolução do número de matrículas nas escolas”, foram retiradas quase todas as escolas rurais, por serem de pequeno porte, terem poucos alunos e por não haver previsão de um afluxo populacional que seja capaz de impactar suas capacidades de atendimento. O monitoramento ficou restrito à totalidade das escolas urbanas da AID da UHE Belo Monte, bem como para as escolas originalmente classificadas como rurais e que passaram a ser consideradas urbanas, por se situarem em localidades definidas como perímetro urbano pelas próprias municipalidades (Leonardo da Vinci e Belo Monte, em Vitória do Xingu, e Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, em Anapu). Somando-se a elas, continuam a ser monitoradas as escolas rurais do TVR (EMEFs Céu Azul, Itatá, Luiz Rebelo, Maria do Carmo Farias, PA Ressaca, Planalto e Santa Izabel). O método de coleta também continua o mesmo, por meio da aplicação de formulário diretamente nas escolas. A análise desse indicador mostra suficiência de vagas em todos os municípios da AID da UHE Belo Monte para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio, com exceção de Educação Infantil em Brasil Novo, devido a uma mudança da nova gestão nos critérios de idade para entrada de alunos.

Além dos dois indicadores que foram reestruturados, está contemplado neste RC o indicador “1. Projeção demográfica dos municípios da AID e monitoramento populacional das localidades de interesse”, atualizado semestralmente por meio de um cálculo, baseado no método dos componentes, no software Evadan, que utiliza, dentre

outras variáveis, os dados coletados de matrículas, a evolução do número de trabalhadores do CCBM, a distribuição dos alunos por rede (municipal, estadual e privada) e a avaliação do saldo migratório. A análise desse indicador, atualizado com dados até maio/17, mostra que a população de Altamira e Vitória do Xingu continua a decrescer até junho de 2019, quando começa novamente a ter um crescimento inercial, embora alterado devido ao saldo migratório.

Também é analisada a “5. Evolução do número de empregos diretos relacionados ao empreendimento”, cujos dados são passados pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM). O indicador mostra que o processo de desmobilização continua, com aumento do ritmo no início do primeiro semestre de 2017. Tal comportamento influenciou a queda da população em Altamira e, mais diretamente, em Vitória do Xingu, por ser o município onde se localiza o alojamento.

Para os indicadores de fontes de dados secundárias, manteve-se o mesmo tipo de coleta, por meio de acesso ao site ou ao sistema da instituição, como o caso dos indicadores “6. Evolução da frota de veículos com placa no município”, “9. Alteração no quadro de partos entre crianças e adolescentes”, “18. Percentual da arrecadação municipal própria em relação ao total” e “19. Evolução da receita municipal”.

Para os indicadores de fonte primária “10. Alteração no número de atendimentos em assistência social” e “11. Alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente”, também são aplicados formulários construídos com base nas informações das próprias instituições. Já os indicadores “20. Evolução do número de ocorrências policiais” e “23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes” são construídos a partir dos dados dos relatórios elaborados pela Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP, entregues mensalmente à equipe de campo do Programa 7.4.

No caso da taxa de homicídios, são utilizados também os dados do indicador de projeção demográfica. Nesse último caso, demonstra-se, neste RC, que a metodologia de construção é diversa da apresentada recentemente pelo *Atlas da Violência*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pois no indicador construído pela Norte Energia utilizam-se os dados de homicídios fornecidos pela SEGUP e o número de habitantes da projeção demográfica com impacto do empreendimento. Já o referido estudo, usa outros tipos de morte e a projeção inercial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal comparação é detalhada mais adiante.

Finalmente, os indicadores de Condições de Vida são elaborados a partir dos dados da PCV, como informado acima, que é aplicada anualmente na população que não foi alvo de relocação compulsória, em Altamira. São construídos os indicadores “27. Alteração da composição familiar”, “28. Avaliação acerca das condições de ensino/escola”, “29. Avaliação acerca das condições da saúde”, “30. Alteração na escolaridade da população”, “31. Evolução nos benefícios recebidos de programas governamentais” e “32. Evolução nos indicadores de trabalho e renda (inclusive dos familiares)”.

Vale ressaltar, que a avaliação dos principais indicadores é apresentada de forma detalhada no item 7.4.2. Resultados Consolidados deste documento e, a de todos os indicadores monitorados, é apresentada no **Anexo 7.4 – 1** deste RC.

Dentre as ações de pós-campo, foi desenvolvido um plano de crítica em duas etapas (de entrada de dados e de checagens cruzadas), bem como um sistema de alimentação de dados no qual está inserida parte dessa crítica e onde são geradas representações gráficas pré-definidas dos indicadores, além da construção automática dos respectivos bancos de dados, enviados neste relatório (**Banco de Dados 7.4 – 1 ao Banco de Dados 7.4 – 15**).

Quanto aos indicadores de fontes secundárias, estabeleceu-se uma rotina de coleta e foram elaborados formulários específicos, cuja entrada de dados é feita diretamente no sistema citado acima.

Além do acompanhamento de afluxo populacional, outra finalidade do Programa 7.4 foi atender a demandas de outros Programas e Projetos do PBA, quando havia a necessidade de informações específicas que pudessem subsidiar os seus trabalhos. Nesse sentido se mencionam:

- As projeções demográficas para dimensionar a demanda futura do aterro sanitário de Vitória do Xingu;
- As estimativas de ligações de água nas comunidades do Trecho de Vazão Reduzida;
- O subsídio à repactuação da construção, reforma e ampliação de equipamentos de ensino com as municipalidades, por conta do afluxo de população atraída pelo empreendimento, de acordo com a real necessidade de vagas nas escolas;
- O subsídio ao dimensionamento do transporte escolar aos alunos moradores dos RUCs por meio dos dados de matrículas;
- O subsídio ao estudo da alegação de possível afluxo populacional para a região do tabuleiro do Embaubal com impacto na reprodução de quelônios, a partir do histórico da quantidade de alunos nas escolas urbanas de Senador José Porfírio;
- Respostas a questionamentos de *stakeholders* e instituições externas quanto a determinados indicadores, como matrículas, segurança pública e impactos sociais nos municípios da AID, apenas para mencionar alguns itens;
- No caso dos Reassentamentos Urbanos Coletivos, o Programa realizou os estudos para o dimensionamento das escolas a serem construídas nessas localidades, assim como a capacidade de atendimento das escolas no

Reassentamento Rural Coletivo e nos Reassentamentos em Áreas Remanescentes;

Há que se destacar, ainda, uma contribuição importante do Programa 7.4 para as Instituições locais. No esforço de aprimoramento da coleta e sistematização dos dados, o Programa auxiliou alguns órgãos a criarem procedimentos e documentos específicos para a organização e rastreabilidade dos dados produzidos. Dentre algumas dessas ações mencionam-se:

- Qualificação dos dados de assistência social que, até então, não seguiam o Manual do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para o registro de informações. O Programa 7.4 disponibilizou os documentos e os procedimentos do MDS a serem seguidos para os funcionários da entidade;
- Desenvolvimento de um formulário específico para registro do volume de lixo diário coletado pelos municípios que foi sugerido pela equipe técnica às prefeituras que não realizavam esse controle. A metodologia de coleta sugerida baseava-se na padronização da sistematização dos dados, por meio da identificação do tipo de veículo, periodicidade, volume coletado e respectiva densidade do lixo.
- Desenvolvimento de documento de padronização dos tipos de ocorrências dos Conselhos Tutelares da Infância e Juventude, em parceria com o Conselho de Altamira e disseminação do documento entre os municípios da AID da UHE Belo Monte. Tal ação contribuiu para que os dados pudessem ser comparáveis entre esses municípios e entre períodos de tempo.

Complementarmente a essas ações, o Plano de Articulação Institucional (Plano 6), atualmente já concluído, criou um banco de dados para o Sistema de Planejamento e Gestão, implantado nas Prefeituras dessa região.

7.4.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS

7.4.2.1. PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DA AID E MONITORAMENTO POPULACIONAL DAS LOCALIDADES DE INTERESSE

Neste indicador é apresentada a projeção demográfica revisada para os municípios da AID da UHE Belo Monte. Para seu cálculo, baseado no método de componentes e elaborado por meio do software Evadan, são utilizados, dentre outras variáveis, os dados coletados de matrículas e a evolução do número de trabalhadores do CCBM até maio de 2017. Também é feita a avaliação do percentual de alunos de cada rede (municipal, estadual e privada), com base nos dados do censo escolar de 2016 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação – MEC.

As alterações populacionais se voltam notadamente para Altamira e Vitória do Xingu, visto que se trata dos municípios mais influenciados pela contratação direta de trabalhadores do empreendimento, bem como pelo processo de desmobilização de mão de obra. Já Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio não apresentam fatos relacionados ao empreendimento que influenciem diretamente o total da população e, por esse motivo, o método do cálculo é o inercial, pois são municípios que não sofrem interferência direta das obras. No caso específico de Senador José Porfírio, a expectativa da implantação de um projeto de mineração no Trecho de Vazão reduzida ainda não se confirmou, e ainda não há elementos suficientes para realizar alterações na projeção municipal. Faz-se necessária a obtenção de mais dados antes de realizar tais projeções e, para tanto, a Norte Energia está realizando estimativas de afluxo a partir de indicadores obtidos por meio das mobilizações porta a porta, realizadas pelo Programa de Interação Social e Comunicação (7.2). A partir dessas estimativas, pode-se ter ideia se há necessidade ou não de censos populacionais, como os realizados em Belo Monte, Belo Monte do pontal, Agrovila Leonardo da Vinci e Vila Izabel.

Para o cálculo da projeção, além das variáveis consideradas acima, outro critério importante a ser destacado é o chamado saldo migratório, que corresponde à população que, mesmo após a desmobilização da mão de obra, permanece na AID da UHE Belo Monte, especialmente, em Altamira. Tal fato já era mencionado desde a primeira projeção demográfica em 2012, isto é, estimava-se que uma pequena parcela da população atraída permaneceria na região, como pode ser visto na **Figura 7.4-1.a**. Vale ressaltar que os dados do Relatório Consolidado do Programa de Desmobilização de Mão de Obra (3.6) permitem inferir o saldo migratório, como apresentado adiante.

A variável de evolução do número de trabalhadores do CCBM, considerada nesta calibração da projeção demográfica mostra que, de outubro/15 a janeiro/16, o número de trabalhadores das obras civis diminuiu de forma mais acentuada. De janeiro para fevereiro/16, o ritmo da redução da mão de obra desacelerou fortemente, sendo que em março e abril/16 houve um leve aumento no número de trabalhadores. Já a partir de maio/16, o ritmo de desmobilização voltou a aumentar, embora de forma lenta, e, em agosto/16, passou a se tornar mais intenso, mantendo-se nesse ritmo até novembro e dezembro/17. De janeiro para fevereiro/17, houve nova queda acentuada do ritmo de desmobilização, seguida de uma certa estabilização desse ritmo até maio/17, com 3.038 trabalhadores do CCBM. De qualquer maneira, o ritmo de desmobilização foi acima do estimado na projeção passada, e isso influenciou nesta revisão, notadamente em Vitória do Xingu, visto que por sua pequena população, a saída de trabalhadores da UHE Belo Monte reflete de maneira mais intensa que em Altamira em sua população total.

Os dados apresentados nas projeções contemplam os períodos de 2010 a 2014 e 2021 a 2050 para dois pontos no ano, 30/06 e 31/12 e, nos períodos de 2015 a 2020 para quatro pontos no ano, 31/03, 30/06, 30/09 e 31/12.

Analisando-se o resultado das projeções atualizadas para este relatório, verifica-se que, devido ao aumento no ritmo de desmobilização de mão de obra no final de 2016 e início de 2017, os números de Altamira e de Vitória do Xingu apresentam-se

menores que os declarados no 11º Relatório Consolidado, se comparado ao estimado, como destacado acima. Em Altamira, a população diminuiu em relação à projeção anterior no período de dezembro de 2016 (-783) a março de 2019 (-101). Tal comportamento é confirmado pelo movimento de matrículas no município. Em maio de 2017 o número de matrículas em Altamira, principal município afetado pelo afluxo populacional, foi menor que o de maio de 2016 (respectivamente, 22.739 alunos e 22.191 alunos).

Em Vitória do Xingu houve uma redução ainda mais intensa da população, quando comparado a Altamira no período de dezembro de 2016 (-1.684) a março de 2019 (-382). Isso decorre do aumento no ritmo de desmobilização, mas a maior diferença em Vitória do Xingu relaciona-se ao fato do alojamento situar-se nesse município, recebendo, conseqüentemente, um impacto direto. Tal comportamento é corroborado pela evolução do número de moradores de Leonardo Da Vinci e Belo Monte, localidades de Vitória do Xingu, onde há uma tendência de queda e estabilização da população nas últimas tomadas.

A **Figura 7.4-1** e o **Quadro 7.4-1** mostram que o pico do afluxo ocorreu em dezembro de 2014 em Altamira, com 140.808 habitantes, e se manteve próximo a tal cifra até junho de 2015, quando se inicia a queda significativa do número de trabalhadores do CCBM. Em Vitória do Xingu, devido às pequenas dimensões populacionais, o município é muito mais dependente das variações do processo de contratação de mão de obra direta do CCBM. O pico populacional ocorreu em junho de 2014, com 44.152 moradores. A partir de então a população decaiu, mas reverteu a queda no início de 2015, fazendo com que em março desse ano praticamente igualasse esse pico, com 44.060 moradores, novamente por influência direta do processo de contratação do CCBM.

Em junho de 2017, a revisão das projeções demográficas indica uma população estimada de 121.831 pessoas em Altamira e de 19.620 moradores em Vitória do Xingu. Verifica-se um decréscimo populacional em Altamira até junho de 2019 (117.507), quando começa novamente a ocorrer um crescimento populacional, embora esse incremento esteja alterado em relação à projeção inercial antes do início das obras. Tal fato ocorre por que parte da população que afluiu à região irá permanecer no município. Isso é denominado tecnicamente de saldo migratório.

Assim, em setembro de 2019 voltará a ocorrer um aumento de 365 moradores em relação a junho do mesmo ano, chegando-se a um valor de 117.872 habitantes. Da mesma forma, em Vitória do Xingu a população cai até junho de 2019 (18.119) e, a partir daí, cresce em 68 pessoas, passando para 18.187 habitantes em setembro de 2019. Desse ponto em diante, passa a haver o crescimento inercial a partir de uma base acrescida da nova população que escolheu não voltar ao município de origem e sim residir em Vitória do Xingu (**Figura 7.4-1 e Quadro 7.4-1**).

Quanto aos outros três municípios da AID da UHE Belo Monte, as projeções se mantêm com os mesmos números apresentados no último RC, indicando que não há nenhuma interferência das obras nessas populações.

Como apresentado em todos os Relatórios Consolidados, Anapu apresenta tendência de crescimento populacional desde o ano 2000, mas sem influência direta do empreendimento. Os fatores externos de aumento populacional se relacionam a outros atrativos, como a cessão de lotes em localidades que atraem famílias de outros municípios, realizadas por representantes locais. Tal fato pode ser ratificado pela leve evolução do número de moradores em Vila Izabel, localidade de Anapu. Nessa comunidade há a cessão de lotes por movimentos de lideranças locais e, além disso, a existência de outras obras como as da Linha de Transmissão ou do asfaltamento da BR, que também atraíram moradores para a localidade e mesmo para a sede urbana do município. Em junho de 2017, a população estimada é de 31.926 pessoas (**Figura 7.4-1 e Quadro 7.4-1**).

Os municípios de Brasil Novo e Senador José Porfírio, mantêm a tendência de decréscimo populacional de 2010 até 2050, último ponto da projeção. Como já destacado nos relatórios anteriores, em Brasil Novo houve um pequeno aumento de população em 2012, por conta de uma invasão na sede municipal. Em junho de 2017, a população projetada do município é de 14.685 pessoas. Em Senador José Porfírio a população estimada nessa data é de 11.165 pessoas. Como já salientado em relatórios anteriores, em Senador José Porfírio há a previsão de implantação de projeto de mineração (Belo Sun) no Trecho de Vazão Reduzida, nas proximidades da Ressaca, e isso poderá ser um fator de estímulo ao afluxo populacional para as proximidades do empreendimento. No entanto, se vier a ocorrer, tal fato não tem qualquer relação com a UHE Belo Monte. Nesse sentido, destaca-se que o Projeto Básico Ambiental (PBA) previa um afluxo populacional para essas localidades, relacionada ao empreendimento, que não se concretizou (**Figura 7.4-1 e Quadro 7.4-1**).

O que se supõe que ocorre em Brasil Novo e Senador José Porfírio é o aumento da taxa de urbanização, com a saída da população rural para a sede municipal em busca de melhores recursos e serviços. Um fato que corrobora tal hipótese é o pequeno aumento de matrículas ao longo dos anos, apesar da diminuição da população do município como um todo.

Como já apresentado em relatórios anteriores, o pico da população para os cinco municípios da AID ocorreu em março de 2015, com 240.982, como pode ser verificado na **Figura 7.4-1 e Quadro 7.4-1**.

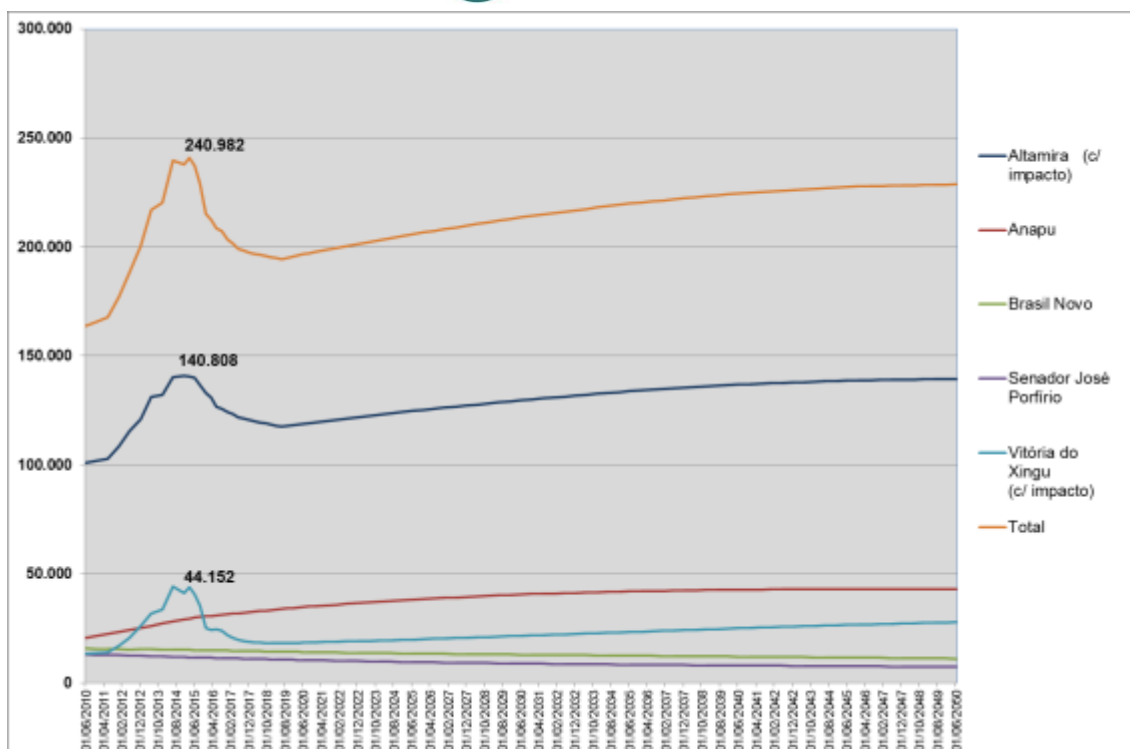


Figura 7.4 - 1 – Populações projetadas para os municípios da AID com o impacto da construção da UHE Belo Monte, considerando o cenário esperado atualizado em junho de 2017, com periodicidade semestral de 2010 a 2014 e de 2021 a 2050 e, trimestral, de 2015 a 2020

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

Ainda sobre o saldo migratório, como citado acima, haverá uma pequena parcela da população atraída que permanecerá na região e evidências desse processo podem ser constatadas na 3ª Pesquisa Amostral do Programa de Desmobilização de Mão de Obra – PDMO (3.6). Para analisar tal situação, deve-se considerar a mão de obra regional e não regional, seja da construção civil, seja da eletromecânica. A mão de obra regional, se refere àqueles oriundos do estado do Pará ao passo que a não regional se refere aos que vieram de outros locais.

Como já destacado nos Relatórios Consolidados anteriores, devem ser considerados no saldo migratório de Altamira (que é o mais importante e o município mais impactado) apenas aqueles trabalhadores que vieram de outras localidades e permanecem no próprio município, após a desmobilização. Assim, conforme a 3ª Pesquisa Amostral do PDMO, dentre os trabalhadores da construção civil do “recorte regional”, isto é, que vieram de outros municípios do Pará, “Apenas (...) (7,95%) optaram por permanecer no recorte Local mesmo após sua desmobilização, sendo cinco em Altamira, um em Vitória do Xingu e outro em Anapu”¹. Em termos relativos, são 5,68% em Altamira, e 1,14% em Vitória do Xingu e Anapu. Levando-se em

¹ Relatório da 3ª Campanha de Monitoramento do Programa de Desmobilização de Mão de Obra, junho de 2016, pág. 25.

consideração o desvio padrão da pesquisa, pode-se afirmar que esse percentual se encontra dentro do estimado de 3,5% da projeção demográfica, que dimensionou como saldo migratório, número próximo a esse valor. Dentre os trabalhadores da montagem eletromecânica, o PDMO não chegou à amostra necessária para se obter um dado estatístico que possa ser considerado. Mas, o número de seus trabalhadores se mostra muito menor que os da construção civil.

Dentre os trabalhadores não regionais da construção civil, ou seja, oriundos de fora do Pará, “Do total de entrevistados, apenas (...) (4,21%) optaram por permanecer na AID mesmo após sua desmobilização”², sendo todos em Altamira. Em outros termos, esse percentual igualmente se mostra muito próximo ao estimado pela projeção demográfica como saldo migratório e, ao se levar em conta o desvio padrão, pode-se inferir certamente que os dados da projeção estão se confirmando na prática.

Desde a primeira projeção populacional de 2012, destacou-se que o afluxo populacional da UHE Belo Monte provocaria um saldo migratório, e isso faria com que o crescimento inercial antes das obras, jamais se confirmasse. Os motivos para tal cenário são exatamente os mesmos apontados pelos entrevistados do PDMO, quando questionados sobre os motivos da permanência em Altamira, ou seja: “constituiu família”, “reinserção no mercado” ou “gostou da cidade”. Com isso, a população de Altamira crescerá de forma paralela e acima da tendência inercial quando encerrada a construção do empreendimento. E, a pesquisa do PDMO vem a respaldar tal cenário, como se pode constatar na **Figura 7.4-1a**.

Levando-se em conta esse quadro, conclui-se que mais de 95% da mão de obra não regional desmobilizada voltou ao seu local de origem ou se dirigiu a outras localidades, e não mais reside em Altamira. Praticamente a totalidade dos trabalhadores que afluíram a Altamira e Vitória do Xingu retornou aos seus locais de origem ou não permaneceu na região do empreendimento. Portanto, não procede a preocupação de moradores de Altamira de que haveria a permanência dos trabalhadores na sede municipal ao final da obra, impactando os serviços públicos, uma vez que isso não se confirma pelos dados do PDMO. Ressalte-se que em Altamira constata-se queda no número de alunos na comparação entre junho de 2016 e junho de 2017 (- 387 alunos ou -0,73%), o que se relaciona ao declínio populacional pela saída de moradores. Somando-se a tal fato, não houve aumento no atendimento aos migrantes em situação de vulnerabilidade, como mostra o Projeto de Atendimentos Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2).

Enfim, deve-se salientar a importância da continuidade dos monitoramentos tanto do Programa 3.6 quanto do 7.4, pois com o passar do tempo a tendência de permanência ou não dos trabalhadores que afluíram a Altamira se tornará mais clara e conclusiva, muito embora os dados já apontem para essa via.

² Idem, pág. 31.

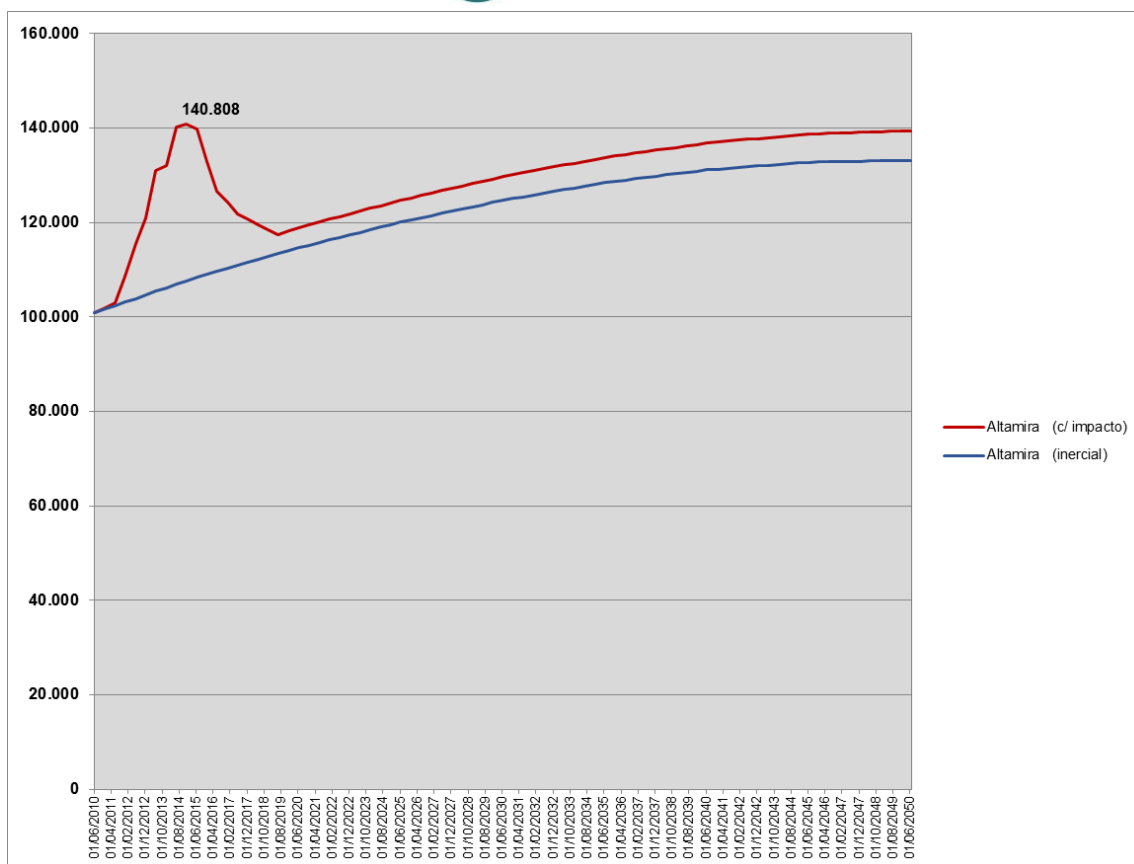


Figura 7.4 – 1.a – Populações projetadas para Altamira com o impacto da construção da UHE Belo Monte vs. crescimento inercial, considerando o cenário esperado atualizado em junho de 2017, entre 2010 e 2050

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 1 – Populações projetadas para os municípios da AID com o impacto da construção da UHE Belo Monte, considerando o cenário esperado atualizado em junho de 2017, com periodicidade semestral de 2010 a 2014 e de 2021 a 2050 e, trimestral, de 2015 a 2020

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/06/2010	100.930	20.601	15.735	13.082	13.469	163.817
31/12/2010	101.941	21.540	15.637	12.940	13.707	165.765
30/06/2011	102.938	22.478	15.538	12.797	13.938	167.689
31/12/2011	108.687	23.416	15.440	12.655	16.894	177.092
30/06/2012	115.475	24.354	15.342	12.512	20.714	188.397
31/12/2012	120.967	25.292	15.557	12.370	26.154	200.340
30/06/2013	131.115	26.230	15.457	12.228	31.878	216.908
31/12/2013	132.152	27.168	15.357	12.085	33.728	220.490
30/06/2014	140.190	28.106	15.257	11.943	44.152	239.648
31/12/2014	140.808	29.045	15.157	11.800	41.121	237.931
31/03/2015	140.573	29.514	15.106	11.729	44.060	240.982
30/06/2015	139.863	29.983	15.056	11.658	40.629	237.189
30/09/2015	136.790	30.226	15.010	11.596	35.346	228.968

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
31/12/2015	133.001	30.469	14.963	11.535	25.208	215.176
31/03/2016	130.853	30.712	14.917	11.473	24.413	212.368
30/06/2016	126.695	30.954	14.900	11.411	24.684	208.644
30/09/2016	125.869	31.197	14.854	11.350	24.042	207.312
31/12/2016	124.259	31.440	14.778	11.288	21.716	203.481
31/03/2017	123.437	31.683	14.731	11.226	20.668	201.745
30/06/2017	121.831	31.926	14.685	11.165	19.620	199.227
30/09/2017	121.265	32.169	14.638	11.103	19.164	198.339
31/12/2017	120.699	32.412	14.592	11.041	18.708	197.451
31/03/2018	120.129	32.655	14.545	10.980	18.587	196.897
30/06/2018	119.560	32.898	14.499	10.918	18.467	196.342
30/09/2018	118.991	33.141	14.452	10.857	18.366	195.808
31/12/2018	118.423	33.384	14.406	10.795	18.265	195.273
31/03/2019	117.965	33.627	14.359	10.733	18.192	194.876
30/06/2019	117.507	33.869	14.313	10.672	18.119	194.480
30/09/2019	117.872	34.112	14.266	10.610	18.187	195.047
31/12/2019	118.237	34.355	14.220	10.548	18.255	195.615
30/03/2020	118.605	34.598	14.173	10.487	18.324	196.187
30/06/2020	118.973	34.841	14.127	10.425	18.392	196.759
30/09/2020	119.262	35.014	14.092	10.379	18.467	197.214
31/12/2020	119.551	35.186	14.058	10.333	18.542	197.670
30/06/2021	120.129	35.530	13.988	10.241	18.692	198.579
31/12/2021	120.706	35.875	13.919	10.150	18.841	199.491
30/06/2022	121.284	36.220	13.849	10.058	18.991	200.402
31/12/2022	121.861	36.565	13.780	9.966	19.141	201.313
30/06/2023	122.439	36.909	13.711	9.874	19.290	202.223
31/12/2023	123.016	37.254	13.641	9.783	19.440	203.134
30/06/2024	123.594	37.599	13.572	9.691	19.590	204.046
31/12/2024	124.171	37.944	13.503	9.599	19.740	204.957
30/06/2025	124.749	38.288	13.433	9.507	19.889	205.866
31/12/2025	125.248	38.520	13.381	9.441	20.059	206.649
30/06/2026	125.747	38.751	13.330	9.375	20.229	207.432
31/12/2026	126.247	38.982	13.278	9.308	20.399	208.214
30/06/2027	126.746	39.213	13.226	9.242	20.569	208.996
31/12/2027	127.245	39.444	13.174	9.175	20.739	209.777
30/06/2028	127.744	39.676	13.123	9.109	20.909	210.561
31/12/2028	128.243	39.907	13.071	9.043	21.079	211.343
30/06/2029	128.742	40.138	13.019	8.976	21.249	212.124
31/12/2029	129.242	40.369	12.967	8.910	21.418	212.906

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/06/2030	129.741	40.600	12.916	8.844	21.588	213.689
31/12/2030	130.148	40.741	12.871	8.794	21.764	214.318
30/06/2031	130.554	40.883	12.826	8.744	21.940	214.947
31/12/2031	130.961	41.024	12.782	8.693	22.116	215.576
30/06/2032	131.368	41.165	12.737	8.643	22.291	216.204
31/12/2032	131.775	41.306	12.692	8.593	22.467	216.833
30/06/2033	132.182	41.447	12.648	8.543	22.643	217.463
31/12/2033	132.589	41.588	12.603	8.493	22.819	218.091
30/06/2034	132.995	41.729	12.559	8.443	22.994	218.721
31/12/2034	133.402	41.870	12.514	8.393	23.170	219.349
30/06/2035	133.809	42.011	12.469	8.343	23.346	219.978
31/12/2035	134.112	42.088	12.426	8.304	23.515	220.446
30/06/2036	134.415	42.166	12.383	8.264	23.685	220.913
31/12/2036	134.718	42.243	12.340	8.225	23.855	221.381
30/06/2037	135.021	42.321	12.297	8.185	24.024	221.848
31/12/2037	135.324	42.398	12.254	8.146	24.194	222.316
30/06/2038	135.627	42.475	12.211	8.107	24.363	222.784
31/12/2038	135.930	42.553	12.168	8.067	24.533	223.251
30/06/2039	136.233	42.630	12.125	8.028	24.702	223.719
31/12/2039	136.536	42.708	12.082	7.988	24.872	224.186
30/06/2040	136.840	42.785	12.038	7.949	25.041	224.653
31/12/2040	137.033	42.814	11.994	7.916	25.195	224.952
30/06/2041	137.227	42.844	11.950	7.884	25.348	225.254
31/12/2041	137.421	42.873	11.906	7.851	25.502	225.553
30/06/2042	137.615	42.903	11.861	7.819	25.656	225.854
31/12/2042	137.809	42.932	11.817	7.786	25.809	226.153
30/06/2043	138.003	42.962	11.773	7.754	25.963	226.455
31/12/2043	138.197	42.991	11.729	7.721	26.116	226.754
30/06/2044	138.391	43.021	11.684	7.689	26.270	227.055
31/12/2044	138.585	43.050	11.640	7.656	26.423	227.354
30/06/2045	138.779	43.080	11.596	7.624	26.577	227.656
31/12/2045	138.849	43.064	11.548	7.595	26.705	227.760
30/06/2046	138.919	43.049	11.501	7.566	26.832	227.867
31/12/2046	138.989	43.033	11.453	7.537	26.960	227.971
30/06/2047	139.058	43.018	11.406	7.508	27.088	228.078
31/12/2047	139.128	43.002	11.359	7.479	27.215	228.184
30/06/2048	139.198	42.987	11.311	7.450	27.343	228.289
31/12/2048	139.268	42.971	11.264	7.421	27.471	228.395
30/06/2049	139.338	42.956	11.216	7.392	27.598	228.500

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
31/12/2049	139.408	42.940	11.169	7.363	27.726	228.606
30/06/2050	139.478	42.924	11.121	7.334	27.854	228.711

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

7.4.2.1.1. LEVANTAMENTOS CENSITÁRIOS EM LOCALIDADES DE INTERESSE

Inicialmente, o objetivo dos levantamentos censitários populacionais, era fornecer dados para a construção de projeções demográficas semestrais para as localidades de interesse. No entanto, devido às pequenas dimensões populacionais dessas comunidades, que causam variações significativas em pouco espaço de tempo, não foi possível realizar projeções demográficas confiáveis a ponto de serem consideradas para análise.

Dessa forma, o acompanhamento das alterações dos quantitativos populacionais passou a ser feito por meio de levantamentos censitários, com a análise da evolução do número de domicílios, de famílias e de moradores. Tais dados passaram a ser coletados semestralmente para quatro localidades, duas próximas ao sítio construtivo Belo Monte, ou seja, a Vila de Belo Monte, em Vitória do Xingu, e a Vila de Belo Monte do Pontal, em Anapu, e as outras duas, monitoradas por solicitação do Ibama, a Agrovila Leonardo Da Vinci, em Vitória do Xingu, e a Vila Izabel, em Anapu.

Neste Relatório, são apresentados os resultados da 9ª Campanha, finalizada em dezembro/16, para as quatro localidades. Para a 10ª Campanha foi feito o levantamento de campo, encerrado em maio/16, e seus dados se encontram em fase final de crítica e consistência. Foram concluídas as informações para a Agrovila Leonardo Da Vinci (Vitória do Xingu) e Vila Izabel (Anapu), e seus dados encontram-se neste Relatório. Já Belo Monte e Belo Monte do Pontal ainda se encontram em crítica, consistência e depuração do banco de dados e serão apresentados no próximo Relatório (**Quadro 7.4.-2**).

É importante destacar que tais localidades, situadas às margens da Rodovia Transamazônica, também receberam impacto de outras empresas como, por exemplo, aquelas envolvidas na Construção das Linhas de Transmissão, com reflexos mais diretos em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, ou por Programas governamentais, como o Minha Casa, Minha Vida, com um loteamento nos arredores da Agrovila Leonardo Da Vinci.

Quanto à análise comparativa dos dados, no **Quadro 7.4 – 2**, é possível observar uma diferença entre os dados de domicílios e de famílias moradoras. Enquanto ainda ocorre aumento no número de domicílios (ainda que haja queda no ritmo de crescimento), o número de famílias moradoras tende a diminuir. Em outros termos, nota-se cada vez mais domicílios sem morador nas localidades.

Em Leonardo Da Vinci, o processo foi semelhante, e o número de domicílios passou de 553 na 6ª Campanha para 610 (+10,3%) na 7ª Campanha, depois para 646 (+5,9%) na 8ª Campanha, para 652 (+0,9%) na 9ª Campanha e, finalmente, para 657 (+0,8%) na 10ª Campanha. Tal comportamento, de diminuição do ritmo de novos domicílios, denota uma estabilização há, pelo menos, um ano e meio.

Em Belo Monte do Pontal ocorreu algo semelhante a Belo Monte e Leonardo Da Vinci com relação à quantidade de domicílios. Passou de 407 na 6ª Campanha para 420 na 7ª (+3,2%), depois para 446 (+6,2%) na 8ª campanha e para 447 (+0,2%) na 9ª campanha. Percebe-se uma diminuição no ritmo de crescimento do número de domicílios, sendo que entre a 8ª e a 9ª campanhas o número permaneceu praticamente estável.

Já quando se analisa especificamente a quantidade de moradores e famílias, em vez dos domicílios, é possível observar em Belo Monte uma queda com estabilização. Em Leonardo Da Vinci verifica-se uma tendência clara de decréscimo populacional, desde 2015, e, em Belo Monte do Pontal, o comportamento foi instável, com queda acentuada de famílias e moradores na 7ª campanha, seguida de variações com certa tendência à estabilização.

Assim, em Belo Monte a quantidade de moradores e famílias passou por uma queda e posterior estabilização, pois havia 1.050 moradores na 6ª campanha, 879 moradores (-16,3%) na 7ª campanha, 848 moradores (-3,5%) na 8ª campanha e 881 moradores (+3,9%) na 9ª campanha. No que se refere à quantidade de famílias, houve uma queda com posterior estabilização da 6ª para a 9ª campanha (de 279 famílias passou para 235, -15,8%, depois para 241, +2,6%, e depois, na 9ª campanha, para 246, +2,1%). Quanto ao tamanho médio da família, ela diminuiu em função da queda mais acentuada do número de moradores na 7ª e 8ª campanhas (passou de 3,8 para 3,7, depois para 3,5), seguida de posterior estabilização na 9ª campanha, quando chegou a 3,6.

Em Leonardo Da Vinci o processo decréscimo populacional se iniciou um pouco antes. Houve queda da população já da 5ª para a 6ª campanha (de 1.295 para 1.204, -7,0%), ao passo que na 7ª campanha manteve-se estável com 1.203 moradores (-0,1%), mas na 8ª campanha houve forte redução para 957 moradores (-20,4%). A partir daí o ritmo desacelerou, pois, na 9ª campanha o número de moradores decresceu para 888 (-7,2%) e na 10ª campanha decaiu para 830 moradores (-6,5%). Quanto ao número de famílias, houve uma queda persistente da 6ª até a 9ª campanha (de 376 famílias para 350, -6,9%, para 296, -15,4%, para 279, -5,7% e para 266, -4,7%). Devido à tendência de queda ter sido maior no número de moradores, a média do número de membros por família diminuiu de 3,2, para 3,1 pessoas/família ao longo das campanhas.

Conclui-se dos dados apresentados de domicílios e moradores/famílias, que o crescimento de domicílios em Leonardo Da Vinci, em sentido oposto ao de moradores e de famílias, parece estar relacionado a três loteamentos no entorno da Agrovila, que foram considerados como uma ampliação da comunidade a partir de 2013 (um relacionado ao Programa Minha Casa Minha Vida, outro a uma doação da prefeitura

para legalizar invasões e o terceiro, um loteamento particular). Isso é corroborado pelo comportamento do número de “domicílios com morador” (reduziu ou estabilizou) e de “domicílios sem morador”, que aumentou significativamente, passando de 135 na 6ª Campanha para 316 domicílios na 10ª Campanha (**Quadro 7.4 – 2**).

Com relação à queda na quantidade de moradores e famílias, relaciona-se mais ao processo de desmobilização das obras civis, devido à etapa atual do empreendimento, repercutindo na perda de população nessas duas localidades. É importante frisar que o acompanhamento semestral, apresentado em todos os Relatórios Consolidados anteriores, já indicava esse comportamento e que, na etapa inicial da obra, quando houve afluxo para as localidades, a Norte Energia se antecipou e negociou com a prefeitura de Vitória do Xingu mais duas salas de aula em cada localidade, levando a um superávit de vagas nas condições atuais.

Em Belo Monte do Pontal, como citado acima, houve variação do número de moradores e famílias, mas é possível visualizar um processo de estabilização. Na 6ª campanha havia 955 moradores, valor que caiu para 853 na 7ª campanha (-10,7%), com posterior elevação para 974 na 8ª campanha (+14,2%) e leve crescimento na 9ª campanha, 986 (+1,2%). Com relação à quantidade de famílias, havia 253 na 6ª campanha, decaiu para 216 (-14,6%), subiu para 252 (+16,7%) e, finalmente, voltou a ter leve queda na 9ª campanha, com 244 famílias (-3,2%). Já o tamanho médio das famílias passou de 3,8 pessoas/família na 6ª campanha, para 3,9 na 7ª campanha, manteve-se em 3,9 na 8ª campanha e passou para 4,0 na 9ª campanha. Esse último aumento é explicado pelo fato do número de moradores ter subido e o de famílias ter decaído da 8ª para a 9ª campanha.

Já em Vila Izabel, o comportamento do número de domicílios, de moradores e de famílias diverge das outras três comunidades. O número de domicílios se manteve praticamente estável no período, com leve tendência de alta. Na 6ª campanha havia 427 domicílios, na 7ª campanha o número de domicílios reduziu para 424 (-0,7%), na 8ª campanha passou para 426 (+0,5%), na 9ª campanha passou para 444 (+4,2%) e finalmente, na 10ª campanha, passou para 462 (+8,5%).

Quanto ao número de moradores, houve um crescimento contínuo, embora pouco expressivo, ao longo das campanhas. Havia 657 moradores na 6ª campanha, depois manteve-se praticamente igual com 658 moradores na 7ª campanha (+0,2%), depois aumentou para 707 na 8ª campanha (+7,4%), em seguida subiu para 794 na 9ª campanha (+12,3%) e apresentou leve aumento para 821 moradores na 10ª campanha (+3,4%). Com relação à quantidade de famílias, houve aumento de forma geral. O total na 6ª campanha era de 165, na 7ª campanha era 157 (-4,8%), variação que se pode considerar como estabilidade. Já na 8ª campanha subiu para 177 (+12,7%), na 9ª campanha passou para 206 (+16,4%) e na 10ª campanha para 215 (+4,4%). Pelo fato de, proporcionalmente, ter ocorrido um maior aumento de famílias em relação ao número de moradores, a tendência foi de redução da composição familiar (4,0; 4,2; 4,0; 3,9 e 3,8 pessoas/família, respectivamente, da 6ª à 10ª campanha).

Destaque-se que em Vila Izabel, como já apontado em outros Relatórios Consolidados, sempre se identificou um processo de especulação imobiliária, daí o elevado número de domicílios sem moradores que, apesar da queda da quantidade de domicílios, ainda se mostrou significativo, representando, na última campanha, 39% do total de domicílios (220 na 6ª campanha, 217 na 7ª campanha, 184 na 8ª campanha, 163 na 9ª campanha e 182 na 10ª campanha). Já com relação ao aumento do número de moradores e famílias, constatou-se, uma vez mais, que há um movimento de lideranças locais que estimulam a vinda de moradores à localidade. Para tanto, há a cessão de lotes a quem se interessar, desde que venha para construir uma edificação em um prazo de três meses. Caso isso não ocorra, o lote é retomado e distribuído a outros interessados. Somado à cessão de lotes, essas lideranças tem negociado com empresas que trabalham no município para que contratem moradores locais, como forma de estimular o crescimento populacional da localidade.

Quadro 7.4 - 2 – Censos populacionais das localidades Leonardo Da Vinci, em Vitória do Xingu e Vila Izabel, em Anapu e Belo Monte do Pontal, em Vitória do Xingu, e Belo Monte, em Anapu de 2012 a 2017 – até a 9ª Campanha para Belo Monte e Belo Monte do Pontal e até a 10ª Campanha para Leonardo Da Vinci e Vila Izabel

Localidade	Campanha	Ano	Mês	Dados Básicos										
				Total de domicílios		Domicílios com moradores	Domicílios com indícios de ocupação	Domicílios sem moradores ⁵	Recusas	Total de Famílias entrevistadas		Total de Moradores		Composição familiar
				Abs	Evolução (%)					Abs	Evolução (%)	Abs	Evolução (%)	
Belo Monte/ Vitória do Xingu ¹	1ª Camp	2012	Abr	120	-	120	s/i	s/i	s/i	120	-	447	-	3,7
	2ª Camp	2013	Mai/ Jun	193	60,8%	111	5	77	0	111	-7,5%	444	-0,7%	4,0
	3ª Camp	2014	Jan/ Fev	254	31,6%	203	19	30	2	216	94,6%	755	70,0%	3,5
	4ª Camp		Jul/ Ago	322	26,8%	188	51	79	4	200	-7,4%	737	-2,4%	3,7
	5ª Camp	2014/ 2015	Dez/ Jan15	337	4,7%	205	71	60	1	222	11,0%	780	5,8%	3,5
	6ª Camp	2015	Mai/ Jun	396	17,5%	267	62	63	4	279	25,7%	1.050	34,6%	3,8
	7ª Camp		Dez	426	7,6%	229	117	66	14	235	-15,8%	879	-16,3%	3,7
	8ª Camp	2016	Jul	471	10,6%	236	114	111	10	241	2,6%	848	-3,5%	3,5
	9ª Camp		Nov/ Dez	482	2,3%	243	146	85	8	246	2,1%	881	3,9%	3,6
Leonardo Da Vinci/ Vitória do Xingu ²	1ª Camp	2012	Nov	118	-	118	s/i	s/i	s/i	118	-	436	-	3,7
	2ª Camp	2013	Mar/ Abr	202	71,2%	89	14	98	1	89	-24,6%	341	-21,8%	3,8
	3ª Camp		Out/ Nov	271	34,2%	245	17	7	2	257	188,8%	873	156,0%	3,4
	4ª Camp	2014	Mar/ Abr	445	64,2%	263	50	131	1	280	8,9%	968	10,9%	3,5
	5ª Camp		Out	525	18,0%	344	53	128	0	375	33,9%	1.295	33,8%	3,5
	6ª Camp	2015	Mar/ Abr	553	5,3%	357	58	135	3	376	0,3%	1.204	-7,0%	3,2
	7ª Camp		Ago/ Out	610	10,3%	337	88	182	3	350	-6,9%	1.203	-0,1%	3,4
	8ª Camp	2016	Mai	646	5,9%	294	87	262	3	296	-15,4%	957	-20,4%	3,2
	9ª Camp		Ago/ Set	652	0,9%	278	73	298	3	279	-5,7%	888	-7,2%	3,2
	10ª Camp	2017	Jan	657	0,8%	266	69	316	6	266	-4,7%	830	-6,5%	3,1
Belo Monte do Pontal/Anapu ³	1ª Camp	2012	Abr	138	-	138	s/i	s/i	s/i	138	-	605	-	4,4
	2ª Camp	2013	Mai/ Jun	201	45,7%	122	24	52	3	122	-11,6%	506	-16,4%	4,1
	3ª Camp		Dez/ Jan14	267	32,8%	189	21	51	6	192	57,4%	761	50,4%	4,0
	4ª Camp	2014	Jun/ Jul	355	33,0%	223	40	90	2	233	21,4%	817	7,4%	3,5
	5ª Camp		Dez	377	6,2%	221	66	90	0	232	-0,4%	821	0,5%	3,5
	6ª Camp	2015	Mai	407	8,0%	247	48	110	2	253	9,1%	955	16,3%	3,8
	7ª Camp		Nov	420	3,2%	211	95	107	7	216	-14,6%	853	-10,7%	3,9
	8ª Camp	2016	Jun/ Jul	446	6,2%	245	97	94	10	252	16,7%	974	14,2%	3,9

Localidade	Campanha	Ano	Mês	Dados Básicos										
				Total de domicílios		Domicílios com moradores	Domicílios com indícios de ocupação	Domicílios sem moradores ⁵	Recusas	Total de Famílias entrevistadas		Total de Moradores		Composição familiar
				Abs	Evolução (%)					Abs	Evolução (%)	Abs	Evolução (%)	
	9ª Camp		Out/ Nov	447	0,2%	244	146	83	6	244	-3,2%	986	1,2%	4,0
Vila Izabel/Anapu ⁴	1ª Camp	2012	Jul	126	-	126	s/i	s/i	s/i	126	-	448	-	3,6
	2ª Camp	2013	Mar/ Abr	208	65,1%	130	17	60	1	130	3,2%	517	15,4%	4,0
	3ª Camp		Nov/ Dez	344	65,4%	147	20	176	1	148	13,8%	582	12,6%	3,9
	4ª Camp	2014	Abr/ Jun	415	20,6%	142	17	253	3	146	-1,4%	592	1,7%	4,1
	5ª Camp		Nov	419	1,0%	146	25	245	3	158	8,2%	633	6,9%	4,0
	6ª Camp	2015	Abr	427	1,9%	165	32	220	10	165	4,4%	657	3,8%	4,0
	7ª Camp		Out	424	-0,7%	157	44	217	6	157	-4,8%	658	0,2%	4,2
	8ª Camp	2016	Mai/ Jun	426	0,5%	177	60	184	5	177	12,7%	707	7,4%	4,0
	9ª Camp		Set/ Out	444	4,2%	206	72	163	3	206	16,4%	794	12,3%	3,9
		10ª Camp	2017	Jan/ Fev	462	8,5%	215	62	182	3	215	4,4%	821	3,4%

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

1. Em Belo Monte/Vitória do Xingu, a primeira campanha foi realizada em abril de 2012, a segunda campanha em maio/junho de 2013, a terceira campanha em janeiro/fevereiro de 2014, a quarta campanha em julho/agosto de 2014, a quinta campanha em dezembro de 2014/janeiro de 2015, a sexta campanha em maio/junho de 2015, a sétima campanha em dezembro/15, a oitava campanha em julho de 2016 e a nona campanha em novembro/dezembro de 2016.

2. Em Leonardo da Vinci/Vitória do Xingu, a primeira campanha foi realizada em novembro de 2012, a segunda campanha em março/abril de 2013, a terceira campanha em outubro/novembro de 2013, a quarta campanha em março/abril de 2014, a quinta campanha em outubro de 2014, a sexta campanha em março/abril de 2015, a sétima campanha de agosto a outubro de 2015, a oitava campanha em maio de 2016, a nona campanha em dezembro de 2016 agosto/setembro de 2016 e a décima campanha em janeiro de 2017.

3. Em Belo Monte do Pontal/Anapu, a primeira campanha foi realizada em abril de 2012, a segunda campanha em maio/junho de 2013, a terceira campanha em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, a quarta campanha em junho/julho de 2014, a quinta campanha em dezembro de 2014, a sexta campanha em maio de 2015, a sétima campanha em novembro de 2015, a oitava campanha em junho/julho de 2016 e a nona campanha em outubro/novembro de 2016.

4. Em Vila Izabel/Anapu, a primeira campanha foi realizada em julho de 2012, a segunda campanha em março/abril de 2013, a terceira campanha em novembro/dezembro de 2013, a quarta campanha em abril, maio e junho de 2014, a quinta campanha em novembro de 2014, a sexta campanha em abril de 2015, a sétima campanha em outubro de 2015, a oitava campanha em maio/junho de 2016, a nona campanha em setembro/outubro de 2016 e a décima campanha em janeiro/fevereiro de 2017.

5. Inclui: domicílio sem morador, casa abandonada e casa em construção (foram levantados, mas não estão inclusos: terrenos baldios e edificações comerciais).

Nota: alguns dados da 9ª campanha foram ajustados.

7.4.2.2. CÁLCULO DA SUFICIÊNCIA DE VAGAS EM ESCOLAS PÚBLICAS URBANAS (7. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NAS ESCOLAS)

7.4.2.2.1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS

Em 2017, ao longo do primeiro semestre, foram acompanhadas 87 escolas públicas urbanas e 13 escolas rurais na AID, após a reestruturação do monitoramento deste indicador, com a anuência do Ibama³, totalizando 100 escolas monitoradas. A metodologia de cálculo de suficiência apresentada neste Relatório se refere às escolas urbanas monitoradas.

No caso das escolas rurais, continuam a ser monitoradas aquelas consideradas como de interesse ao empreendimento⁴. O motivo de parte das escolas rurais terem deixado de ser monitoradas se deve ao fato de que os alunos tendem a se dirigir aos núcleos urbanos, conforme avançam em seus estudos, em virtude das escolas urbanas apresentarem melhor estrutura. Nesse sentido, mesmo municípios com diminuição de população, como Brasil Novo e Senador José Porfírio, tendem a aumentar o número de matrículas nas escolas urbanas, pela saída de população rural para a sede municipal, aumentando sua taxa de urbanização. Com isso, as escolas rurais monitoradas apresentavam ao longo do tempo, diminuição do número de alunos e, assim, não havia mais sentido em continuar os levantamentos. Já o monitoramento das escolas do TVR deve continuar por conta de um fator externo: a expectativa de implantação de um projeto de mineração de ouro, que pode alterar a realidade local, com o afluxo populacional, mesmo que tal fato não tenha qualquer relação com a UHE Belo Monte.

Em relação aos municípios, Altamira permanece com o maior número de escolas monitoradas, 58 (três a menos que no semestre anterior). A diminuição no total de escolas se deu por conta da reestruturação promovida pela SEMED, com a devolução de prédios alugados, visto que as novas escolas construídas pela Norte Energia, aliada à diminuição de matrículas, possibilitou tal alteração na infraestrutura de ensino, sem prejudicar a oferta de vagas.

³ Em fevereiro/17 no Parecer Técnico OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA a respeito do 9º e 10º Relatório Consolidado, o Ibama concordou que a maioria das escolas rurais deixasse de ser monitorada.

⁴ Após a reestruturação deste Indicador, são as escolas rurais localizadas em localidades que eram consideradas, antes do empreendimento, com potencial aumento populacional por conta das obras, como a Agrovila Leonardo da Vinci, Belo Monte, Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, e as escolas do TVR: EMEFs Céu Azul, Itatá, Luiz Rebelo, Maria do Carmo Farias, PA Ressaca, Planalto e Santa Izabel.

Dentre as escolas dos RUCs repassadas à prefeitura⁵ pela Norte Energia em 2016, o atual quadro passou a ser o seguinte: 1) no RUC São Joaquim, passou a funcionar a EMEIF João e Maria, sendo esta uma escola que já existia apenas como EMEI, mas que funcionava em outro endereço. Com a devolução do prédio alugado pela Prefeitura, a escola foi transferida para o RUC; 2) no RUC Jatobá passou a funcionar a EMEIF Florêncio Filho, que funcionava como EMEF e igualmente foi transferida de outro endereço, com a devolução do prédio alugado pela Prefeitura; além disso, há a Creche Vovô Bezerra, que funcionava até o ano passado em outro endereço; há ainda uma escola de Ensino Médio, para a qual ainda não há denominação; 3) no RUC Casa Nova passou a funcionar a EMEIF Getúlio Vargas, que antes era uma EMEF, e também foi transferida por conta da devolução do prédio alugado pela Prefeitura; 4) no RUC Água Azul passou a funcionar a EMEIF Ideal, originalmente uma EMEI e também transferida para o local por conta da devolução do prédio alugado pela Prefeitura; 5) no RUC Laranjeiras passou a funcionar a EMEIF Rui Barbosa, antes uma EMEF e que funcionava anteriormente nas salas pré-moldadas da EMEF Gondim Lins e originalmente estava localizada em prédio da orla de Altamira.

Para os demais municípios da AID, somente se manteve o mesmo número em Brasil Novo e Senador José Porfírio com oito e seis escolas monitoradas respectivamente. Em Vitória do Xingu passaram a ser monitoradas sete escolas devido à entrada em funcionamento da EMEI Ana Furtado, a partir de fevereiro de 2017 (localizada no antigo prédio da EMEF Raimunda Cabral da Silva, construída pela Norte Energia). Em Anapu, passaram a ser oito escolas urbanas monitoradas, por conta do funcionamento, a partir de fevereiro de 2017, da EMEIF Maria Helena da Cruz de Oliveira, em prédio construído pela Norte Energia, com 10 salas (6 de EMEF e 4 de EMEI). Em relação às escolas rurais, das 13 escolas monitoradas, há três em Anapu, sete em Senador José Porfírio e três em Vitória do Xingu (**Quadro 7.4-3**).

No total foram monitoradas para a Educação Infantil, 25 escolas (exclusivamente nível infantil), mais 17 onde também funciona Ensino Fundamental. Este último número foi incrementado com a reestruturação de inúmeras escolas de Altamira, notadamente aquelas que passaram a funcionar nos RUCs. Para o Ensino Fundamental, foram monitoradas 34 escolas (exclusivamente nível fundamental), mais quatro onde também funcionam o Ensino Médio. Para o Ensino Médio foram monitoradas sete escolas onde funcionam exclusivamente esse nível de ensino, sendo que o aumento em uma escola se deu por conta do início do funcionamento da Escola do RUC Jatobá construído pela Norte Energia (**Quadro 7.4-4**).

⁵ Em 17/03/2017 a Prefeitura de Altamira emitiu o Decreto 152, que “Cria, renomeia e altera endereços de escolas municipais de ensino infantil e fundamental, no âmbito do município de Altamira, e dá outras providências”. Por meio desse decreto foram criadas, renomeadas e alterados os endereços de escolas que passaram a funcionar nos RUCs, bem como escolas construídas com verba do PDRSX. Na mesma data, foi emitido o Decreto 181 que “altera a modalidade de ensino e endereços de escolas municipais de ensino infantil e fundamental no âmbito do município de Altamira, e dá outras providências”, por meio do qual algumas escolas passaram a ser EMEIFs.

Quadro 7.4-3 – Número de escolas urbanas e rurais monitoradas na AID da UHE Belo Monte, em junho de 2017

LOCALIZAÇÃO ESCOLA	MUNICÍPIO					TOTAL
	ALTAMIRA	ANAPU	BRASIL NOVO	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	VITÓRIA DO XINGU	
URBANA	58 ²	8 ³	8	6	7 ⁴	87 ¹
RURAL	0	3	0	7	3	13
TOTAL	58	11	8	13	10	100

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Na verdade, o total de escolas urbanas é igual a 86, porque há um prédio visitado que não pertence a rede pública de ensino. A Escola Pingo de Gente (privada), em Anapu urbano, aluga o prédio para a SEMED onde estudam alunos da EMEF Santa Clara.

2. De novembro de 2016 a junho de 2017, o total de escolas urbanas de Altamira passou de 61 para 58. Devido à oferta de vagas das escolas dos RUCs, em dezembro de 2016, a SEMED encerrou os convênios das escolas CIBB, CIEK, Crescimento, Instituto Metodista Educacional De Altamira, Jardim Primavera, Souza Kenedy e Vovô Bezerra. Com o fim da reforma da EMEF Professora Nair de Nazaré Lemos (fevereiro/17), as salas referentes ao Anexo Nair Lemos, localizado no RUC Jatobá passaram a pertencer a Florêncio Filho que se tornou EMEIF. O mesmo ocorreu no RUC São Joaquim onde as salas referentes ao Anexo do Centro Educacional Pequeno Cidadão passaram a pertencer a João e Maria que se tornou uma EMEIF. Além disso, foram inauguradas e entraram no monitoramento do programa 7.4 em fevereiro de 2017, as EMEIFs localizadas nos RUCs Água Azul, Casa Nova, Laranjeiras e a EEEM do RUC Jatobá. Também entrou para o monitoramento as escolas do PDRSX: EMEF Santa Benedita e Creche Jardim Primavera.

3. Em Anapu, foi inaugurada em fevereiro de 2017 a escola Professora Maria Helena da Cruz de Oliveira (6 salas de EMEF e 4 salas de EMEI, total 10 salas), construída pela Norte Energia, localizada no bairro São Luiz. Logo o total de escolas urbanas monitoradas de Anapu, passou de 7 em dezembro/16 para 8 em fevereiro/17.

4. Em Vitória do Xingu, começou a funcionar em fevereiro/17 a escola Ana Fortunato (4 salas de EMEF), localizada no antigo prédio da escola Raimunda Cabral da Silva que foi construído pela Norte Energia. Logo o total de escolas urbanas monitoradas de Vitória do Xingu, passou de 6 em dezembro/16 para 7 em fevereiro/17.

Quadro 7.4-4 – Quantidade de escolas públicas urbanas monitoradas na AID da UHE Belo Monte, por nível de ensino, em junho de 2017

Município	Nível de Ensino	Quantidade
Altamira	Educação Infantil	16
	Educação Infantil e Fundamental	15
	Ensino Fundamental	21
	Ensino Fundamental e Médio	2
	Ensino Médio	4
Anapu	Educação Infantil	1
	Educação Infantil e Fundamental	2
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	1
	Ensino Médio	1

Município	Nível de Ensino	Quantidade
Brasil Novo	Educação Infantil	4
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	1
	Ensino Médio	-
Senador José Porfirio	Educação Infantil	1
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	4
	Ensino Fundamental e Médio	-
	Ensino Médio	1
Vitória do Xingu	Educação Infantil	3
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	-
	Ensino Médio	1
AID da UHE Belo Monte	Educação Infantil	25
	Educação Infantil e Fundamental	17
	Ensino Fundamental	34
	Ensino Fundamental e Médio	4
	Ensino Médio	7
	Total	87

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/
 Elaboração Norte Energia.

Quanto à evolução de matrículas, na comparação entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, houve diminuição no total de alunos, com -298 matriculados em junho de 2017 ante junho de 2016 (-0,83%), sendo que o responsável pelo declínio é o Ensino Fundamental, com -579 alunos no período avaliado (-2,41%). Como era de se esperar, Altamira foi o principal responsável pela queda, com -495 alunos nesse nível de ensino (-3,35% no total de alunos do município). Fato interessante é que, pela primeira vez, as matrículas do Ensino Médio tiveram aumento na somatória total da AID, mesmo que em termos absolutos sejam apenas 68 alunos a mais nesse nível de ensino nos cinco municípios da AID (1,1%). Em relação à Educação Infantil, como era de se esperar, houve um aumento de 213 matrículas no período avaliado (3,79%). Como a Norte Energia vem chamando a atenção desde 2013, esse aumento se deve à alteração na Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) que tornou a Educação infantil (pré-escola) obrigatória. Como proporcionalmente o número de alunos com 4 e 5 anos matriculados era muito pequeno em todos os municípios (entre 25% a 30%), naturalmente haveria um contínuo crescimento de matrículas ao longo dos anos. Saliente-se também que a LDB previa que todos os municípios deveriam atender ao aumento da demanda de vagas até 2016, fato que não se viabilizou na AID, com exceção de Altamira, que atende com folga, como se poderá constatar neste Relatório. Portanto, esse aumento de demanda e os problemas enfrentados pelas municipalidades no atendimento de vagas para a Educação Infantil não tem qualquer relação com a UHE Belo Monte.

Ao se analisar a evolução de matrículas por município, no caso da Educação Infantil, o único município onde houve diminuição de matrículas na comparação entre junho de 2016 e 2017 foi Vitória do Xingu, que passou de 625 alunos para 610 no período (-15 alunos o que representa -2,4%). Nos demais houve aumento de matrículas, sendo o mais expressivo o total de Altamira, que aumentou 150 alunos no período (4,17%), seguido por Anapu, com 37 (6,84%). Neste último caso, a Norte Energia entregou em 2016 mais quatro salas de aula para a Educação Infantil, na EMEIF Maria Helena da Cruz de Oliveira, com capacidade de atendimento de até 200 alunos, segundo os parâmetros municipais. Em Brasil Novo houve aumento de 33 matrículas no período (6,45%) e em Senador José Porfírio, houve aumento de 8 alunos (2,29%). Nesses municípios, a capacidade de atendimento de demanda é que influencia o ritmo de aumento de matrículas, visto que não se constatou qualquer afluxo populacional por conta do empreendimento. Assim, o aumento verificado se deve à alteração na LDB e pelo aumento da taxa de urbanização, que trazem mais alunos à sede municipal.

No Ensino Fundamental, como já destacado, Altamira foi o município onde houve a maior queda, o que se coaduna com a diminuição de população, desde o início do processo de desmobilização de mão de obra e pela saída de população indiretamente atraída pelo empreendimento. Saliente-se também que em Anapu, que desde 2012 apresentava significativo aumento de alunos, constatou-se diminuição no total de matrículas nesse nível de ensino pela primeira vez na comparação entre períodos. Foram -56 alunos (-1,6%) entre junho de 2016 e 2017, passando de 3.498 alunos para 3.442, mesmo com a entrega de seis salas de aula pela Norte Energia no segundo semestre de 2016, na EMEIF Maria Helena da Cruz de Oliveira, que tem capacidade de atendimento mínimo de 324 alunos ou até mesmo cerca de 400 alunos caso se levasse em consideração os parâmetros de Anapu. Trata-se de uma situação a ser monitorada ao longo dos próximos semestres, pois pode ser indício de que o crescimento populacional de Anapu, que se verifica de forma significativa desde 2000, pode estar diminuindo o seu ritmo.

Em Brasil Novo, houve diminuição de matrículas no Ensino Fundamental na comparação entre junho de 2016 e 2017, quando passou de 2.021 alunos para 1.924 (-97 ou -4,8%). Nesse caso, mesmo com a tendência de aumento na taxa de urbanização, com a chegada de população do meio rural para a sede urbana, em busca de mais recursos de atendimento em serviços, tal fato não foi suficiente para aumentar o número de matrículas. Nesse sentido, pode ser um indicador que confirma a projeção demográfica, que aponta para queda populacional nesse município. Em Senador José Porfírio, houve aumento de 53 matrículas (7,5%) no período, passando de 1.865 alunos para 1.918 entre junho de 2016 e 2017, o que pode ter sido influenciado pelo aumento da taxa de urbanização, uma vez que um possível afluxo populacional por conta da expectativa de implantação de projeto de mineração de ouro não deve trazer impacto na sede, que é muito distante do TVR, onde o projeto seria implantado. Em Vitória do Xingu, o número de matrículas se manteve praticamente estável no período, passando de 1.871 em junho de 2016 para 1.887 em junho de 2017 (aumento de 0,86%).

O Ensino Médio foi o que apresentou maior variação positiva no número de matrículas no período. Esse nível de ensino também se tornou obrigatório desde 2013, juntamente com a Educação Infantil, pela alteração na LDB. Todavia, o Ensino Médio apresenta capacidade de atendimento à demanda em todos os municípios da AID, bem como sempre apresentou a maior evasão escolar, principalmente no segundo semestre. Mas, na comparação entre junho de 2016 e 2017, somente em Altamira e Senador José Porfírio houve queda de matrículas, com respectivamente -42 (-1,05%) e -9 alunos (-2,24%), passando de 4.014 para 3.972 em Altamira, e de 401 para 392 em Senador José Porfírio.

Nos demais municípios, em Anapu, houve aumento de 45 matrículas no período (6,59%), sendo que havia 683 alunos em junho de 2016 e 728 em junho de 2017. Já em Brasil Novo, o aumento foi de 49 matrículas (7,5%), passando de 653 para 702 alunos. Em Vitória do Xingu, o aumento foi de 25 matrículas no período analisado (6,25%), quando passou de 400 para 425 alunos. Como destacado, diferentemente da Educação Infantil, esse aumento não impacta a estrutura de ensino, visto que há plena suficiência na capacidade de atendimento do Ensino Médio em todos os municípios da AID. Dessa maneira, mesmo que haja aumento significativo de demanda, o que se mostra pouco provável ocorrer, ainda assim tal fato não se constituiria em problemas nos municípios.

Os detalhes da evolução de matrículas mês a mês, assim como a variação entre junho de 2016 e 2017 podem ser constatados no **Quadro 7.4-5**, a seguir.

Quadro 7.4-5 – Número de alunos da rede pública urbana, por município da AID da UHE Belo Monte e nível de ensino, de junho de 2016 a junho de 2017, e respectiva variação

NÚMERO TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS PELA REDE PÚBLICA												EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS	
Município	Nível de Ensino	Jun/2016	Ago/2016	Set/2016	Out/2016	Nov/2016	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jun/17 vs. Jun/16 (abs)	Jun/17 vs. Jun/16 (%)
Altamira	Educação Infantil	3.598	3.506	3.492	3.532	3.503	3.816	3.838	3.824	3.764	3.748	150	4,17
	Ensino Fundamental	14.763	14.456	14.435	14.355	14.131	14.613	14.642	14.569	14.437	14.268	-495	-3,35
	Ensino Médio	4.014	3.833	3.824	3.672	3.604	3.896	3.987	4.008	3.990	3.972	-42	-1,05
	Total	22.375	21.795	21.751	21.559	21.238	22.325	22.467	22.401	22.191	21.988	-387	-0,73
Anapu	Educação Infantil	541	540	540	536	534	573	580	582	584	578	37	6,84
	Ensino Fundamental	3.498	3.553	3.488	3.539	3.494	3.307	3.463	3.461	3.436	3.442	-56	-1,6
	Ensino Médio	683	651	650	650	646	768	764	771	767	728	45	6,59
	Total	4.722	4.744	4.678	4.725	4.674	4.648	4.807	4.814	4.787	4.748	26	0,55
Brasil Novo	Educação Infantil	512	512	517	509	508	552	552	553	550	545	33	6,45
	Ensino Fundamental	2.021	2.028	2.016	2.025	1.990	1.935	1.926	1.924	1.921	1.924	-97	-4,8
	Ensino Médio	653	679	675	673	676	723	721	733	737	702	49	7,5
	Total	3.186	3.219	3.208	3.207	3.174	3.210	3.199	3.210	3.208	3.171	-15	-0,47
Senador José Porfírio	Educação Infantil	350	343	346	344	343	359	365	356	359	358	8	2,29
	Ensino Fundamental	1.865	1.895	1.893	1.921	1.906	1.877	1.924	1.923	1.911	1.918	53	2,84
	Ensino Médio	401	404	403	401	402	375	387	391	395	392	-9	-2,24
	Total	2.616	2.642	2.642	2.666	2.651	2.611	2.676	2.670	2.665	2.668	52	1,99
Vitória do Xingu	Educação Infantil	625	602	605	603	599	613	613	616	611	610	-15	-2,4
	Ensino Fundamental	1.871	1.836	1.837	1.838	1.818	1.932	1.930	1.899	1.895	1.887	16	0,86
	Ensino Médio	400	394	392	372	372	444	438	438	436	425	25	6,25
	Total	2.896	2.832	2.834	2.813	2.789	2.989	2.981	2.953	2.942	2.922	26	0,90
Total AID	Educação Infantil	5.626	5.503	5.500	5.524	5.487	5.913	5.948	5.931	5.868	5.839	213	3,79
	Ensino Fundamental	24.018	23.768	23.669	23.678	23.339	23.664	23.885	23.776	23.600	23.439	-579	-2,41
	Ensino Médio	6.151	5.961	5.944	5.768	5.700	6.206	6.297	6.341	6.325	6.219	68	1,11
	Total	35.795	35.232	35.113	34.970	34.526	35.783	36.130	36.048	35.793	35.497	-298	-0,83

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

7.4.2.2.2. AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA NAS ESCOLAS

A metodologia de avaliação de suficiência tem sido mantida desde o início do Programa. Ela analisa a relação entre a demanda e a oferta de vagas da rede pública urbana nos municípios da AID da UHE Belo Monte. O comportamento da demanda por vagas permite inferir a relação com os impactos ocasionados por fatores externos (como por exemplo, mudanças na legislação educacional) ou ainda pela atratividade econômica da obra. Já a oferta de vagas auxilia no monitoramento e atendimento satisfatório da demanda, a fim de alertar quaisquer impactos na estrutura e suficiência escolar, ocasionados pelo empreendimento.

Para o estudo, são utilizados os dados relativos ao número de matrículas escolares, a disposição e a utilização das salas de aula. Com base nestas informações, é possível calcular a demanda por vagas, o total do número de alunos em relação à oferta e o total de vagas disponíveis. Neste último caso, as vagas disponíveis são divididas em: salas vazias⁶ (vagas calculadas a partir de salas de aula não utilizadas) e enturmação⁷, ou seja, vagas disponíveis em turmas pré-existentes.

A metodologia consiste na inter-relação de três fatores: i) o número de matrículas, dado levantado mensalmente em cada escola da rede pública urbana; ii) a projeção do afluxo populacional, que possibilita a estimativa de alunos; e iii) o acompanhamento da construção, ampliação e reforma de escolas, realizadas pela Norte Energia. Saliente-se que este último fator, na prática, já não tem qualquer peso no cálculo, visto que todas as intervenções previstas já foram concluídas pela Norte Energia.

O primeiro fator consiste no acompanhamento da evolução das matrículas em tempo real ao longo dos meses. O segundo fator, a projeção demográfica, consiste em estimar o afluxo populacional e inferir a estimativa de alunos, revisada trimestralmente desde o começo deste ano. O último fator, e não menos importante, é planejado a partir do resultado dos dois primeiros, pois a partir da estimativa da evolução de matrículas para o próximo semestre é avaliada a necessidade de construção ou a ampliação de novas salas, ou reforma daquelas inadequadas para uso, o que era levado em consideração quando havia intervenções a serem realizadas pelo empreendedor, e que atualmente já foram concluídas. Portanto, esta última variável se mostrou estratégica à Norte Energia no início do processo, em 2012 até o término das principais intervenções nos equipamentos de ensino, no final de 2013.

⁶ O número de vagas disponíveis é definido a partir do total de salas vazias multiplicado pela média dos parâmetros MEC e Semed para cada módulo de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), sendo respectivamente, 17, 27 e 35. Neste caso, aplica-se um deflator de 80% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro do MEC e da Semed.

⁷ O adensamento de turmas é calculado a partir dos parâmetros de limite de alunos da Semed e do MEC. Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu são baseados nos parâmetros da Semed Altamira, ao passo que Senador José Porfírio utiliza parâmetros da própria Secretaria Municipal de Educação. Para o Ensino Médio não existem parâmetros municipais, sendo utilizadas apenas as informações do MEC.

A partir de meados de 2014 passou a ocorrer diminuição de matrículas no Ensino Fundamental de Altamira, de longe o mais impactado pelo afluxo populacional por conta da UHE Belo Monte. Assim, as obras realizadas a partir de então somente vieram a aumentar o saldo positivo de vagas no município. Com isso, a Prefeitura de Altamira passou a devolver inúmeros prédios alugados, pois as novas escolas entregues pela Norte Energia permitiram a readequação dos equipamentos sem diminuir a oferta e o saldo positivo de vagas no município.

Este relatório apresenta os dados monitorados no primeiro semestre de 2017 e os dados estimados para o 2º semestre. A estimativa de alunos se baseou em: a) ritmo de crescimento (%) ao longo do ano, por nível de ensino, em cada município; b) o aumento esperado na Educação Infantil, devido ao cumprimento das exigências da LDB do MEC, que independe do afluxo populacional atraído pelo empreendimento; e c) as oscilações (aceleração e desaceleração) apresentadas na projeção demográfica.

A avaliação de suficiência escolar realizada para os municípios da AID da UHE Belo Monte consiste no estudo baseado na projeção demográfica com afluxo populacional esperado.

Por meio da aplicação da metodologia e resultados do estudo (cenário esperado) é feita a avaliação da situação de suficiência de vagas escolares, por nível de ensino (infantil, fundamental e médio), em cada um dos municípios da AID da UHE Belo Monte, segundo a classificação apresentada no **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Quadro 7.4-6 – Descrição dos tipos de situação de suficiência de vagas escolares

Situação	Descrição
Satisfatória	Sobrarão vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa.
Estável	Faltarão poucas vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa, sendo assim possível a solução por meio de remanejamento de turmas
Em atenção	Faltarão vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa e sem a possibilidade de se resolver a situação com o remanejamento de turmas.

É considerada como *Satisfatória* a condição de um município e nível de ensino que apresenta alguma sobra de vagas à disposição após o afluxo de alunos.

Estável é a situação na qual, mesmo havendo algum déficit, trata-se de um número de pequena monta, que pode ser resolvido por meio do remanejamento de alunos entre turmas do mesmo ano e nível de ensino das escolas do município. Ou seja, é possível enturmar todos os alunos até os parâmetros estabelecidos pelo MEC e pela Semed.

Em atenção é a condição de falta de vagas após o afluxo até tal ponto em que o manejo de alunos não será suficiente. Carece-se de nova infraestrutura para dar conta do atendimento sem prejuízo da qualidade do atendimento.

Cenário I – População atraída esperada

a) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Altamira

Quadro 7.4-7 – Análise do número de matrículas de Altamira

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Desde os últimos Relatórios Consolidados, com a diminuição de população em Altamira, não se mostra necessário analisar o Cenário de alto afluxo populacional para averiguar a suficiência de vagas e a estimativa para o próximo semestre. No caso de Altamira, é onde se constata queda significativa do número de alunos, desde 2014, pico da obra. Com isso, e por conta da entrega das sete escolas nos RUCs pela Norte Energia, o superávit de vagas é de tal ordem, que mesmo a devolução de prédios pela Prefeitura, não afeta o saldo positivo de vagas ofertadas em Altamira. No total, até o momento, houve a devolução de nove prédios (seis alugados e três cedidos ou de convênio), que perfazem 63 salas devolvidas (43 alugadas e 20 cedidas ou de convênios).

Ao se analisar a Educação Infantil, os dados monitorados no primeiro semestre de 2017, apresentam um aumento de matrículas entre fevereiro e março, mas a partir de abril, já se inicia uma diminuição de alunos, sendo que o pico de matrículas ocorreu em março, com 3.838 e em junho decaiu para 3.748. Nesse caso, o aumento nos primeiros meses é influenciado por alunos que são matriculados em mais de uma escola com o intuito de garantir vagas, mesmo que isso não seja necessário dada à suficiência de atendimento a demanda com folga. A partir de abril, há uma acomodação nas escolas nas quais realmente os alunos passam a estudar, além da saída de alunos em número maior que as transferências recebidas de outras localidades. Dessa forma, mesmo nesse nível de ensino, que deveria aumentar o número ao longo dos anos pela alteração da LDB, verifica-se tendência à diminuição de matrículas. Tal fato, por seu turno, mostra-se coerente com a queda de população em Altamira, como apontado na projeção populacional.

Em relação ao saldo de vagas, mesmo com o aumento de matrículas nos primeiros meses do ano, havia 393 vagas à disposição em fevereiro e, em junho, aumentou para 450 alunos, sendo que em 2017 todas as escolas dos RUCs estão sendo plenamente utilizadas. A estimativa para o próximo semestre é igualmente favorável à capacidade de atendimento da demanda. Prevê-se tendência à continuidade do decréscimo de matrículas e, em novembro, se estima que haverá 3.726 alunos e um saldo positivo de 472 vagas.

No Ensino Fundamental, mesmo com a devolução de salas de aula em prédios alugados e conveniados, e se desconsideradas as 40 salas pré-moldadas entregues pela Norte Energia à prefeitura (pelo fato de que a municipalidade não pretende utilizá-las como salas de aula, mas para outros usos) constata-se um saldo de vagas significativo. No início do primeiro semestre de 2017 havia 14.613 matrículas em fevereiro e um saldo de 2.443 vagas, e em junho o número de alunos havia decaído para 14.268 (-345 em relação a fevereiro) e o superávit era de 2.413 vagas. Essa aparente contradição, com menos alunos e menor saldo se deve ao fato de que a EMEF Carlos Leocárpio Soares entrou em reforma em maio e, assim, suas salas foram subtraídas do cálculo de suficiência, e somente voltarão a ser computadas quando a reforma for finalizada. Saliente-se que os alunos dessa escola estão estudando em sete salas pré-moldadas localizadas na EMEF Gondim Lins. Nesse caso, os alunos continuam a ser computados, mas essas salas pré-moldadas são desconsideradas para o saldo, por se tratar de situação momentânea.

A estimativa de alunos e o saldo de vagas para o final do segundo semestre de 2017 é de queda de matrículas. Assim, estima-se que em agosto o número deva girar em torno de 14.255 alunos com saldo de 2.413 vagas e em novembro, estima-se 14.069 matrículas e saldo de 2.781 vagas.

No Ensino Médio foram constatados 3.896 matrículas em fevereiro de 2017 e um saldo de 1.570 vagas. No primeiro semestre, o número chegou a 4.008 matrículas em abril, mas já em maio iniciou-se um declínio, para 3.990 matrículas e terminou com 3.972 em junho, com saldo de 1.428 vagas. Para o segundo semestre, estima-se um declínio no número de matrículas, sendo que ao final, em novembro de 2017, o número estimado é 3.909, com superávit de 1.491 vagas.

Ao se verificar o saldo de vagas para Altamira, considerando os três níveis de ensino, ele chega a 4.291 em junho de 2017, desconsiderando as salas da EMEF Carlos Leocárpio Soares, que se encontram em reforma. Para o final do ano, em novembro, estima-se para algo em torno de 4.744. Esses saldos são um pouco menores que os do final de 2016, uma vez que a municipalidade devolveu dezenas de salas de aula, como mencionado anteriormente. Mesmo assim, o superávit de vagas constatado no município se mostra mais que suficiente para qualquer aumento de demanda, que não deverá ocorrer em curto espaço de tempo, visto que mesmo no pico da obra, jamais chegou próximo ao saldo disponível atualmente.

Os dados acima estão apresentados no **Quadro 7.4-8 a Quadro 7.4-10**.

Quadro 7.4-8 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Altamira

Educação Infantil ⁹									
Estatísticas	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17 ⁴	Mar/17 ⁵	Abr/17 ⁶	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	3.816	3.838	3.824	3.764	3.748	3.744	3.741	3.733	3.726
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	22	(14)	(60)	(16)	(4)	(3)	(8)	(7)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	27	27	27	27	27	27	27	27	27
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	366	353	357	411	423	423	427	430	438
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	393	380	384	438	450	454	457	465	472
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.
2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.
3. Devido à oferta de vagas das escolas dos RUCs, em dezembro/16 a Semed encerrou os convênios das escolas Crescimento, Jardim Primavera e Vovô Bezerra.
4. Em fevereiro/17 entraram em funcionamento as EMEIFs localizadas nos RUCs Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul. Também foi inaugurada a Creche Jardim Primavera, financiada com recursos do PDRSX.
5. Em março/17, a Creche São Sebastião entrou em reforma. Os alunos foram enturmados na Creche Ruth Passarinho e não há previsão para o término da reforma.
6. Em abril/17, a EMEI Abapa entrou em reforma, porém seus alunos já estavam estudando desde fevereiro na Escola Batista Raimundo Marques Marinho. Não há previsão para o término da reforma.

Quadro 7.4-9 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental, desconsiderando as salas pré-moldadas, para o cenário esperado – Altamira

Ensino Fundamental ³									
Estatísticas	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17 ⁴	Mar/17 ⁵	Abr/17	Mai/17 ⁶	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	14.613	14.642	14.569	14.437	14.268	14.255	14.183	14.126	14.069
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	29	(73)	(132)	(169)	(13)	(72)	(57)	(57)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	1.274	1.253	1.253	1.253	1.024	1.024	1.024	1.024	1.024
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	1.169	1.223	1.202	1.277	1.389	1.558	1.571	1.643	1.700
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	2.443	2.476	2.455	2.530	2.413	2.595	2.667	2.724	2.781
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-				

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.
2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.
3. Devido à oferta de vagas das escolas dos RUCs, em dezembro/16 a Semed encerrou os convênios das escolas CIBB, CIEK, Instituto Metodista Educacional De Altamira e Souza Kenedy.
4. Em fevereiro/17 entraram em funcionamento as EMEIFs localizadas nos RUCs Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul. Também foi inaugurada a EMEF Santa Benedita, financiada com recursos do PDRSX.
5. Em março/17, a EMEF José de Alencar entrou em reforma. Os alunos foram enturmados na Escola Mário Santana. Não há previsão para o término da reforma.
6. Em maio/17, a EMEF Carlos Leocárpio Soares também entrou em reforma. Os alunos foram enturmados na Escola José Edson Bulamarque de Miranda e também nas salas pré-moldadas da Escola Professor Antônio Gondim Lins.

Quadro 7.4-10 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Altamira

Ensino Médio									
Estatísticas	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17 ⁴	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	3.896	3.987	4.008	3.990	3.972	3.960	3.948	3.928	3.909
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	91	21	(18)	(18)	(12)	(12)	(20)	(19)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	1.316	1.316	1.316	1.288	1.232	1.232	1.232	1.232	1.232
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	254	224	164	152	196	196	208	220	240
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	1.570	1.540	1.480	1.440	1.428	1.440	1.452	1.472	1.491
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

3. Em fevereiro/17 entrou em funcionamento a EEEM localizada no RUC Jatobá.

b) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Anapu

Quadro 7.4-11 – Análise do número de matrículas de Anapu

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

O município de Anapu, vem apresentando ao longo dos monitoramento, as situações mais problemáticas para atendimento de demanda, mas tal situação não tem qualquer relação com a UHE Belo Monte. A origem da dificuldade se deu por conta do crescimento populacional do município desde 2000, sendo que em 2010 sua população mais que dobrou em uma década, e não foram construídas escolas suficientes para o atendimento desse crescimento. Assim, como assinalado desde o início do programa 7.4, trata-se de um déficit histórico para o qual a municipalidade tinha de alugar salas de aula para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Para o Ensino Médio, como ocorre com os demais municípios da AID não se observou problemas, uma vez que se pode utilizar salas de aula no período noturno nas outras escolas dos demais níveis de ensino. Mesmo atualmente, ainda há empreendimentos que atraem moradores ao município, como a Linha de Transmissão, além do asfaltamento da Transamazônica.

A Norte Energia, por seu turno, e independentemente desse déficit histórico de atendimento de vagas, construiu escolas no município, e entregou em 2016 mais 10 salas de aula, que se tornou a EMEIF Maria Helena da Cruz de Oliveira, sendo seis salas para o Ensino Fundamental, com capacidade de atendimento mínimo de 324 alunos ou até cerca de 400 caso se leve em consideração os parâmetros municipais. Há ainda mais quatro salas para a Educação Infantil, com capacidade de atendimento de até 200 alunos. Com isso, Anapu passou a apresentar saldo positivo de vagas em todos os níveis de ensino.

No caso da Educação infantil, ocorreu um aumento de matrículas entre 2016 e 2017. Enquanto em novembro do ano passado, havia 534 alunos, em fevereiro houve 573 matrículas, número que aumentou para o máximo de 584 em maio e diminuiu para 578 em junho de 2017. Apesar desse aumento, constata-se um saldo de 47 vagas no final do primeiro semestre. A estimativa de evolução de matrículas para o segundo semestre de 2017 é de estabilidade no número de matrículas, que deverá girar em torno de 580 alunos em novembro, com um saldo de 45 vagas.

No Ensino Fundamental, o quadro se mostra confortável no primeiro semestre de 2017, sendo que, pela primeira vez, houve declínio de matrículas em fevereiro, com 3.307 alunos ante 3.494 em novembro de 2016. Em março houve um aumento para 3.463 alunos, mas o saldo chegou a 527 vagas, sendo que em abril e maio ocorreu queda de matrículas, e terminou junho com 3.442 alunos e superávit de 529 vagas. De qualquer maneira, esse número de alunos significa uma queda de 52 alunos em relação ao final do ano anterior, o que pode ser um indício de que o crescimento populacional de Anapu pode estar se arrefecendo. Para o final do ano, estima-se que

ainda há espaço para um leve crescimento de matrículas e, assim, em novembro deve estar em torno de 3.477 alunos, mas haverá um saldo de 494 vagas.

No Ensino Médio, constata-se um aumento de matrículas no primeiro semestre de 2017 na comparação com 2016. Enquanto em novembro havia 646 alunos, em fevereiro de 2017 o total de matrículas aumentou para 768. Mas, mesmo assim, o saldo foi de 363 vagas, pois esse nível de ensino nunca foi problema na capacidade de atendimento de demanda. Esse total chegou até 771 alunos em abril, mas em junho decaiu para 728 alunos, com superávit de 380 vagas. Para o segundo semestre de 2017 estima-se que há um pequeno espaço para aumento no início e a partir de outubro deve se iniciar um leve declínio. Dessa maneira, em novembro estima-se algo em torno de 729 matrículas e um saldo de 379 vagas.

Quanto ao total de vagas disponíveis em Anapu no final do primeiro semestre de 2017, havia um superávit de 956 vagas e deverá ficar em torno de 918 em novembro de 2017.

Tais informações podem ser vistas no **Quadro 7.4-12** a **Quadro 7.4-14**.

Quadro 7.4-12 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Anapu

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17 ³	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	573	580	582	584	578	579	580	580	580
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	7	2	2	(6)	1	1	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	52	45	43	41	47	47	46	45	45
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	52	45	43	41	47	46	45	45	45
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.
2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.
3. Foi inaugurada em fevereiro/17 a EMEIF Professora Maria Helena da Cruz de Oliveira, construída pela Norte Energia, localizada no bairro São Luiz.

Quadro 7.4-13 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Anapu

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17 ³	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	3.307	3.463	3.461	3.436	3.442	3.459	3.477	3.477	3.477
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	156	(2)	(25)	6	17	18	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	216	173	173	173	173	173	156	138	138
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	450	354	364	372	356	356	356	356	356
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	666	527	537	545	529	512	494	494	494
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.
2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.
3. Foi inaugurada em fevereiro/17 a EMEIF Professora Maria Helena da Cruz de Oliveira, construída pela Norte Energia, localizada no bairro São Luiz.

Quadro 7.4-14 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Anapu

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	768	764	771	767	728	732	733	729	729
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(4)	7	(4)	(39)	4	1	(4)	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	280	280	280	280	280	280	276	275	275
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	83	86	64	68	100	100	100	100	104
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	363	366	344	348	380	376	375	379	379
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

c) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Brasil Novo

Quadro 7.4-15 – Análise do número de matrículas de Brasil Novo

Situação	Descrição
Em atenção	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Em Brasil Novo houve alteração da situação em relação ao semestre anterior no caso da Educação Infantil. Até 2016, na gestão passada, além das salas alugadas no município para atender a demanda, utilizava-se como critério que somente crianças com 4 e 5 anos completos seriam matriculadas, o que diminuía na prática o número de alunos. Com isso, o número de matrículas chegou a 508 em novembro e havia um saldo positivo de 36 vagas.

Em 2017, com a nova administração e a manutenção da mesma estrutura de equipamentos de ensino, o número de matrículas aumentou para 552 em fevereiro, o que provocou um déficit de 44 vagas, e em junho, mesmo com a queda no número de matrículas para 545, ainda assim, verifica-se um déficit de 41 vagas, caso se leve em consideração os parâmetros de Brasil Novo para lotação máxima por sala de aula para a Educação Infantil. Isso significa que há salas sobrelotadas, isto é, com número de alunos acima dos parâmetros municipais. Essa situação deve permanecer ao longo do segundo semestre, quando se estima que em novembro haja por volta de 547 alunos, e um déficit de 43 vagas. Ressalte-se que essa situação não tem qualquer relação com a UHE Belo Monte, uma vez que não se observou afluxo populacional em Brasil Novo por conta do empreendimento. A origem dessa situação é a LDB, que tornou obrigatória a Educação Infantil, e o município não construiu escolas ou salas e aula para atender ao aumento de demanda que era previsível.

Já em relação ao Ensino Fundamental, a situação se mostra confortável. Na comparação com novembro de 2016, quando havia 1.990, houve queda de matrículas em fevereiro de 2017, quando chegou a 1.935 alunos e um saldo positivo de 625 vagas. Ao longo do semestre houve pequena variação, mas sempre com diminuição de matrículas entre março e maio, sendo que em junho houve um acréscimo de apenas três alunos em relação ao mês anterior, e terminou com 1.924 alunos, com superávit de 512 vagas. Essa diminuição de alunos em relação ao ano anterior é mais um indício para o que aponta a projeção demográfica, de que Brasil Novo apresenta decréscimo populacional desde o início da década. Também é mais uma evidência de que o aumento de matrículas na Educação Infantil não tem qualquer relação com afluxo populacional, que não ocorreu no município. Para o segundo semestre de 2017 estima-se que não deverá haver significativa alteração e se prevê que ainda há um pequeno espaço para aumento de matrículas, mesmo que na prática seja difícil de acontecer. Assim, o número alunos deve girar em torno de 1.930 alunos em novembro e um saldo de 506 vagas para esse nível de ensino.

Para o Ensino Médio houve um aumento de matrículas em 2017 se comparado a 2016. Enquanto em novembro havia 676 alunos, em fevereiro chegou a 723

matrículas, mas com superávit de 420 vagas. Houve um pequeno aumento em abril e maio, quando o total chegou a 737, mas em junho ocorreu uma diminuição para 702 alunos, com saldo de 442 vagas. Para o segundo semestre de 2017, estima-se certa estabilidade nas matrículas, e deverá chegar aproximadamente a 704 em novembro, com superávit de 440 vagas.

Em relação ao total de saldo de vagas em Brasil Novo, o superávit constatado foi de 954 vagas em junho de 2017 para o Ensino Fundamental e Médio, e déficit de 41 vagas para a Educação Infantil. Para novembro, estima-se um superávit de 946 para o Ensino Fundamental e Médio, e déficit de 43 vagas para a Educação Infantil, conforme o **Quadro 7.4-16** a **Quadro 7.4-18**.

Quadro 7.4-16 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Brasil Novo

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	552	552	553	550	545	546	547	547	547
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	1	(3)	(5)	1	1	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	(42)	(43)	(43)
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	(44)	(44)	(48)	(45)	(41)	(41)	-	-	-
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	(44)	(44)	(48)	(45)	(41)	(42)	(43)	(43)	(43)
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-17 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Brasil Novo

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	1.935	1.926	1.924	1.921	1.924	1.928	1.930	1.930	1.930
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(9)	(2)	(3)	3	4	2	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	238	238	108	108	108	108	104	102	102
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	387	384	402	403	404	404	404	404	404
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	625	622	510	511	512	508	506	506	506
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-18 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Brasil Novo

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	723	721	733	737	702	703	704	704	704
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(2)	12	4	(35)	1	1	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	392	392	392	364	364	364	363	362	362
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	28	44	62	58	78	78	78	78	78
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	420	436	454	422	442	441	440	440	440
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

d) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Senador José Porfírio

Quadro 7.4-19 – Análise do número de matrículas de Senador José Porfírio

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Em Senador José Porfírio ainda há um pequeno saldo de vagas na Educação Infantil. Na comparação com 2016, que terminou com 343 matrículas em novembro, em fevereiro houve um pequeno aumento para 359 matrículas, mas havia um saldo de 54 vagas. Esse número chegou a crescer em março, mas essa cifra variou ao longo dos meses, e terminou junho com 358 matrículas e saldo de 63 vagas. Para o segundo semestre, estima-se estabilidade no total de matrículas, e deve chegar em novembro com algo próximo a 359 matrículas e superávit de 62 vagas.

No Ensino Fundamental, o saldo de vagas continua confortável, e se constata números similares ao de novembro de 2016. Quando havia 1.906 matrículas. Em fevereiro de 2017 houve 1.877 matrículas, mas esse número subiu para 1.924 em março, e decaiu em abril e maio e teve um leve aumento em junho, quando chegou a 1.918 matrículas, com saldo de 284 vagas. Para o segundo semestre de 2017 estima-se certa estabilidade, mas com ligeira queda ao final, chegando em novembro por volta de 1.916 matrículas e superávit de 286 vagas.

Para o Ensino Médio confirma-se que a situação se mostra ainda mais confortável, e se nota decréscimo em relação a novembro de 2016, quando havia 402 matrículas em novembro, sendo que em fevereiro de 2017 se constata 375 matrículas e saldo de 762 vagas. Esse número foi crescendo ao longo dos meses e terminou com 392 matrículas em junho e superávit de 718 vagas. Para o segundo semestre de 2017 estima-se uma estabilidade no total que deverá girar em torno de 392 matrículas em novembro, com saldo de 718 vagas.

No total geral em Senador José Porfírio houve superávit de 1.065 vagas em junho de 2017, e se estima que em novembro o superávit esteja em torno de 1.066 vagas, como mostra o **Quadro 7.4-20** a **Quadro 7.4-22**.

Quadro 7.4-20 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	359	365	356	359	358	359	359	359	359
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	6	(9)	3	(1)	1	-	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	54	46	54	63	63	63	62	62	62
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	54	46	54	63	63	62	62	62	62
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-21 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	1.877	1.924	1.923	1.911	1.918	1.920	1.916	1.916	1.916
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	47	(1)	(12)	7	2	(4)	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	22	22	22	22	20	20	20
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	324	311	263	281	262	262	262	266	266
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	324	311	285	303	284	282	286	286	286
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-22 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	375	387	391	395	392	393	392	392	392
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	12	4	4	(3)	1	(1)	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	672	672	672	672	672	672	671	671	671
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	90	55	51	51	46	46	46	47	47
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	762	727	723	723	718	717	718	718	718
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

e) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Vitória do Xingu

Quadro 7.4-23 – Análise do número de matrículas de Vitória do Xingu

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Em Vitória do Xingu, observa-se um pequeno aumento de matrículas em 2017 ante 2016, quando havia 599 alunos, e em fevereiro, o total chegou a 613, com um pequeno superávit de 12 vagas. Esse número se manteve praticamente estável ao longo do semestre, que terminou com 610 matrículas em junho e um saldo de 10 vagas. Para o segundo semestre de 2017 estima-se que a tendência de estabilidade deverá se manter, e o total de matrículas deve girar em torno de 616, mas o superávit deverá declinar para quatro vagas. Essa variação se dá por conta da estimativa de ocupação das salas e da possibilidade de enturmação, que pode variar entre as turmas, conforme se recebe ou se emite transferências de matrículas.

No Ensino Fundamental houve um aumento de matrículas em 2017 na comparação com novembro de 2016, quando havia 1.818 alunos, sendo que em fevereiro chegou a 1.932 matrículas com superávit de 186 vagas. O primeiro semestre terminou com declínio de matrículas, que chegou a 1.887 em junho, com saldo de 198 vagas. Para o segundo semestre de 2017 estima-se certa estabilidade nos números e se prevê que em novembro, o total gire em torno de 1.900 matrículas, com superávit de 185 vagas.

No Ensino Médio houve aumento de matrículas em 2017. Enquanto em novembro de 2016 havia 372 alunos, em fevereiro de 2017 esse total chegou a 444 matrículas, com saldo de 71 vagas. A partir de março esse número começou a declinar e terminou em junho com 425 matrículas e superávit de 64 vagas. Para o segundo semestre de 2017, estima-se certa estabilidade e, com isso, o número de matrículas deve girar em torno de 428 em novembro, com saldo estimado de 61 vagas.

Somando-se os três níveis de ensino, constatou-se um superávit de 272 vagas em Vitória do Xingu, em junho de 2017. Para novembro, estima-se que o saldo esteja em torno de 250 vagas disponíveis para os três níveis de ensino.

Os dados de matrículas podem ser observados no **Quadro 7.4-24** a **Quadro 7.4-26**.

Quadro 7.4-24 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Vitória do Xingu

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	613	613	616	611	610	613	616	616	616
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	3	(5)	(1)	3	3	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	14	14	14	14	14	14	11	8	8
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	(2)	(2)	(4)	1	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	12	12	10	15	10	7	4	4	4
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-25 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Vitória Do Xingu

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	1.932	1.930	1.899	1.895	1.887	1.896	1.900	1.900	1.900
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(2)	(31)	(4)	(8)	9	4	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	43	43	43	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	143	145	189	188	198	198	189	185	185
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	186	188	232	188	198	189	185	185	185
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.
2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.
3. Em fevereiro/17 foi inaugurada a EMEF Ana Fortunato, localizada no antigo prédio da escola Raimunda Cabral da Silva que foi construído pela Norte Energia.

Quadro 7.4-26 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Vitória do Xingu

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17
Número de alunos (Total)	444	438	438	436	425	427	428	428	428
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(6)	-	(2)	(11)	2	1	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	84	84	84	56	56	56	54	53	53
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	(13)	(7)	(9)	-	8	8	8	8	8
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	71	77	75	56	64	62	61	61	61
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

f) Análise de Suficiência das Escolas Rurais Monitoradas

O monitoramento das 13 escolas rurais que permanecem sendo acompanhadas, após a reestruturação do Programa, com a anuência do Ibama, mostra que a suficiência de vagas permanece em praticamente todas as escolas. As únicas exceções são as EMEFs PA Ressaca e Planalto, em Senador José Porfírio, mas esse aumento no número de alunos não se relaciona ao afluxo por conta da UHE Belo Monte, que nunca ocorreu.

No caso da EMEF PA Ressaca há alguns aspectos que devem ser levados em conta. Trata-se de uma escola rural multisseriada e que atende também à Educação Infantil. E, como não há escola para esse nível de ensino, uma sala de aula é destinada ao Jardim I, ao Jardim II e ao primeiro ano, provocando a sua sobrelotação. Com isso, há necessidade de se improvisar uma terceira sala de aula, uma vez que a segunda sala atende à demanda dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Somando-se a isso, nota-se um possível afluxo à área por conta da expectativa de implantação de projeto minerário de ouro, bem como a alunos que tinham deixado de estudar e voltaram à escola.

No caso da EMEF Planalto, ela se situa distante de outras escolas e chega a receber alunos do entorno. Trata-se de uma escola com seis salas de aula e poderia comportar 12 turmas, mas são 11 no total, pois uma sala de aula é utilizada como refeitório no período da manhã. Assim, esse pequeno déficit de 16 vagas não se relaciona à falta de salas, mas à própria disposição das turmas. Há duas turmas sobrelotadas, a EF 6, com 43 alunos e a EF 7, com 40 alunos, mesmo havendo turmas, como a EF 5 vespertino, com apenas 19 alunos. Trata-se, portanto, das próprias características das turmas, uma vez que não há como misturá-las, por ser escola unisseriada, nem dividir a turma sobrelotada em duas. Neste caso, não haveria professores para duas turmas pequenas.

Em relação às demais escolas rurais de Senador José Porfírio monitoradas, há suficiência de vagas, sendo que, mesmo com o déficit das duas escolas, o saldo total das sete escolas chega a 311. A EMEF Luiz Rebelo, na vila da Ressaca apresenta superávit de 201 vagas no total, considerando também o Ensino Médio, ou de 97, caso se leve em consideração apenas o Ensino Fundamental. As demais escolas, com exceção da EMEF Santa Izabel, com 11 alunos, são de pequenas escolas, com número de alunos que chegam a apenas 14, como a EMEF Céu Azul (**Quadro 7.2-27**).

Em Anapu, as escolas monitoradas são da Vila Izabel e de Belo Monte do Pontal, que são consideradas como perímetro urbano pela municipalidade. Todas apresentam superávit de vagas, sendo que a EMEF DR. Acy de Jesus Barros Pereira, em Vila Izabel, tem 344 alunos e um saldo de 94 vagas. Já as duas escolas monitoradas de Belo Monte do Pontal são superavitárias, sendo 199 vagas no caso da EMEF José de Andrade Silva, caso se considere também o Ensino Médio, ou 80 vagas somente para o Ensino Fundamental, e 38 vagas de saldo na EMEF Risoleta Neves (**Quadro 7.4-28**).

Em Vitória do Xingu, as escolas monitoradas são as localizadas em Belo Monte e Leonardo da Vinci, igualmente consideradas como perímetro urbano pela municipalidade. São escolas polo e recebem parte de seus alunos das zonas rurais do entorno. Todas apresentam superávit de vagas, sendo que no caso da EMEF do Evangelho, o saldo é de 213 vagas considerando-se o Ensino Fundamental ou de 94 vagas somente para o Ensino Médio. No caso da EMEF Leonardo da Vinci, o saldo é de 300 vagas caso se considere o Ensino Médio ou 90 vagas apenas para o Ensino Fundamental. O Anexo da EMEF Leonardo da Vinci atende à Educação Infantil e apresenta um pequeno saldo de 26 vagas. Neste último caso, o número máximo de alunos é de 21 em uma das quatro turmas, mas há salas com 13 alunos. Dessa forma, caso a demanda de vagas venha a ocorrer, certamente eles serão enturmados nas salas com menos alunos. (**Quadro 7.4-29**).

Quadro 7.4 - 27- Cálculo de Suficiência das escolas rurais de Senador José Porfírio, junho de 2017

MUNICÍPIO / ESCOLA ¹	Nº ALUNOS	Nº TURMA	TURMA VAZIA	ENTURMAÇÃO	SUFICIÊNCIA (Sala Vazia)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
Céu Azul	14	1	1	11	27	38
Itata	26	2	-	18	-	18
Luiz Rebelo ²	278	14	1	174	27	201
Maria do Carmo Farias	39	3	1	46	27	73
PA Ressaca	144	5	-	-27	-	-27
Planalto	344	11	-	-16	-	-16
Santa Izabel	111	7	-	24	-	24
TOTAL	956	43	3	230	81	311

1. Para as escolas que possuem salas multisseriadas, foi adotado o parâmetro de enturmação referente a menor série/ano.

2. Suficiência para EMEF é de 97 vagas. Esse total leva em consideração a suficiência para EEEM.

Quadro 7.4 - 28 - Cálculo de Suficiência das escolas rurais de Anapu, junho de 2017

MUNICÍPIO / ESCOLA ¹	Nº ALUNOS	Nº TURMA	TURMA VAZIA ³	ENTURMAÇÃO	SUFICIÊNCIA (Sala Vazia)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
Dr Acy de Jesus Barros Pereira	344	15	-	94	-	94
José de Andrade Silva ²	275	13	2	145	54	199
Risoleta Neves	92	4	-	38	-	38
TOTAL	711	32	2	277	54	331

1. Para as escolas que possuem salas multisseriadas, foi adotado o parâmetro de enturmação referente a menor série/ano.

2. Suficiência para EMEF é de 80 vagas. Esse total leva em consideração a suficiência para EEEM.

3. As salas vazias nesta escola se refere as turmas do período noturno do Ensino Médio.

Quadro 7.4 - 29 - Cálculo de Suficiência das escolas rurais de Vitória do Xingu, junho de 2017

MUNICÍPIO / ESCOLA	Nº ALUNOS	Nº TURMA	TURMA VAZIA ⁴	ENTURMAÇÃO	SUFICIÊNCIA (Sala Vazia)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
Do Evangelho - Belo Monte ³	584	22	3	132	81	213
Leonardo da Vinci ³	425	19	5	165	135	300
Anexo Leonardo da Vinci	70	4	-	26	-	26
TOTAL	1.079	45	8	323	216	539

1. Suficiência para EMEF é de 94 vagas. Esse total leva em consideração a suficiência para EEEM.

2. Suficiência para EMEF é de 90 vagas. Esse total leva em consideração a suficiência para EEEM.

3. As salas vazias nestas escolas se referem as turmas do período noturno do Ensino Médio.

7.4.2.3. OUTROS INDICADORES

Como ocorreu nos últimos Relatórios Consolidados, a seguir apresentam-se alguns dos Indicadores mais relevantes para se ter ideia do quadro socioeconômico dos municípios da AID.

7.4.2.3.1. SEGURANÇA PÚBLICA

A) EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS

O monitoramento do indicador de segurança pública é obtido por meio da análise da evolução de registros de ocorrências policiais, subdivididos em: (i) crime contra os costumes, mensurado por meio dos registros de estupros; (ii) crimes contra o patrimônio, por intermédio dos registros de furtos e roubos; (iii) crimes contra a pessoa, pelos registros de lesões e homicídios dolosos; (iv) entorpecentes, por meio do registro de casos relacionados ao tráfico de drogas.

O detalhamento dos dados, com os Gráficos nos quais se apresenta a evolução histórica desde 2007 e a comparação mensal entre os cinco primeiros meses de 2016 e 2017, podem ser consultados no **Anexo 7.4-1**.

O fato mais importante em relação à evolução histórica no número de registros de estupros (crimes contra os costumes) é sua consistente diminuição em Altamira, notadamente a partir de 2014. Os anos de 2011, 2012 e 2013 foram os que apresentaram as maiores taxas, não pelo aumento de ocorrências, mas devido a dois fatores conjugados e que não tem relação direta com a UHE Belo Monte. Em 2009 houve a alteração no Código Civil que passou a classificar como estupro o que anteriormente era considerado como atentado violento ao pudor, no caso de violência sexual contra pessoas do sexo masculino. Isso fez com que o número de registros, principalmente a partir de 2011, sofresse significativo incremento, uma vez que a grande maioria dos registros é de casos intrafamiliares ou de pessoas próximas à vítima. Somado a tal fato, em Altamira a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) começou cada vez mais a atuar e ter credibilidade junto à população. Isso estimulou o registro de estupro, independentemente de sexo, sendo que praticamente a totalidade dos registros é realizada nessa instituição.

Ao se analisar a evolução dos registros em Altamira, a taxa de estupros por 100 mil habitantes, que se encontrava pouco acima de 60 entre 2011 e 2013, declinou para a metade em 2014, caindo para 30,0, daí para 26,5 em 2015 e para 18,2 em 2016. Esta última taxa se encontra pela primeira vez no patamar intermediário (entre 14 e 22), e se mostra similar ao de 2009, quando ainda não havia a mudança na legislação nem o DEAM. Trata-se da menor taxa dentre todos os municípios da AID, mas a situação ainda merece atenção e monitoramento, visto que nos cinco primeiros meses de 2017 houve um aumento no número de registros em termos absolutos, para 25 ante 8 em 2016 no mesmo período, e já ultrapassou o total de registros do ano anterior, quando

foi de 23. Dessa forma, deve-se verificar ao final de 2017 qual a taxa por 100 mil habitantes, sendo que haverá incremento quando comparada aos últimos quatro anos.

Os demais municípios da AID, apresentam números absolutos de registros relativamente baixos, mas nenhum município pode ser classificado como “satisfatório”. Em Brasil Novo houve 4 registros em 2015, mas aumentou para 8 em 2016 e em Senador José Porfírio foram 9 registros, tanto em 2015 quanto em 2016. Vitória do Xingu também registrou 9 estupros em 2016 ante 7 em 2015. Em Anapu, o número de registros chegou a 23 em 2016 ante 17 em 2015. Isso faz com que a taxa de estupros seja alta em todos os municípios e, ao se considerar a série histórica, nota-se tendência de alta em toda a AID. Fato positivo é que em Vitória do Xingu, nos cinco primeiros meses de 2017 houve 3 registros ante 6 em 2016. Caso tal tendência permaneça, possivelmente haverá queda na taxa aos patamares anteriores a 2015, quando a situação no município era classificada como “estável”.

Nos crimes contra o patrimônio, a tendência de queda na taxa de furtos em Altamira permanece até 2016, mesmo que a taxa por 100 mil habitantes tenha se elevado de 836,5 em 2015 para 1.198,1 em 2016. Por conta de tais características a situação ainda é considerada “em atenção”. No caso dos furtos, normalmente a taxa declina em situações de dinamização da economia, como a verificada em Altamira nos últimos anos por conta da implantação da UHE Belo Monte. O aumento do último ano ocorre numa situação de consonância entre a desmobilização de mão de obra e a crise econômica vivida pelo país. Assim, trata-se de um indicador que deve ser monitorado com cuidado nos próximos períodos a fim de verificar a sua evolução.

Em relação aos roubos, trata-se do indicador que merece maior atenção em Altamira, por conta de sua tendência de aumento na série histórica. Ocorreu um significativo aumento em termos relativos entre 2013 e 2014, muito embora tenha ocorrido diminuição nos registros, em 2015. Porém, em 2016 ocorreu novamente um aumento significativo de 79,8% em termos relativos na taxa de roubos perante 2015. Mas, nos cinco primeiros meses de 2017 houve -10,6% roubos ante o mesmo período de 2016. Caso essa tendência de queda continue pode indicar que as ações dos órgãos de segurança pública parecem começar a surtir efeito em Altamira.

Quanto aos demais municípios da AID, no caso dos furtos há tendência de aumento nos quatro municípios, mesmo que em termos relativos, as taxas se encontrem em patamares inferiores aos de Altamira. Deve ser monitorado com cuidado o aumento em termos relativos, verificado em Vitória do Xingu em 2016, uma vez que se nota certa estabilidade nos cinco primeiros meses de 2017 em comparação a 2016.

No caso dos roubos, a situação é considerada satisfatória em Senador José Porfírio, sendo que Anapu passou dessa condição para “em atenção” por conta dos dados de 2015 e 2016, quando se verificou aumento na taxa por 100 mil habitantes. Essa classificação segue os critérios apresentados no **Anexo 7.4-1**. Como nos cinco primeiros meses de 2017 houve mais registros de roubos na comparação com 2016, tudo indica que essa situação não se reverterá no município neste ano. Em Vitória do Xingu ocorre situação similar, com aumento na taxa em 2016 (para 121,5) e nos cinco primeiros meses de 2017, mesmo que a taxa em si esteja abaixo do parâmetro mínimo

de 282 por 100 mil habitantes. Trata-se de situações que merecem atenção no monitoramento.

No caso dos crimes contra a pessoa, em relação às lesões dolosas permanece a tendência à estabilidade em Altamira desde 2007, sendo que entre 2015 e 2016 a taxa por 100 mil habitantes permaneceu muito próxima. Entre janeiro e maio de 2017 em números absolutos de registros houve pequena queda para 143 ante 151 em 2016, o que não deverá alterar a série histórica de registros de lesões dolosas no município. Em Anapu e Vitória do Xingu a classificação é “estável”, muito embora tenha ocorrido elevação na taxa neste último município em 2016 e igualmente se note pequeno aumento nos primeiros cinco meses do ano em 2017. Em Brasil Novo e Senador José Porfírio, a classificação é “em atenção” por conta da tendência de alta na série histórica considerada, desde 2007.

Quanto aos homicídios dolosos, o número absoluto nos cinco primeiros meses de 2017 aumentou para 29 em Altamira diante dos 22 em igual período de 2016. Como Altamira sempre esteve classificado na série histórica desde 2007 como um município significativamente acima dos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera aceitável uma taxa abaixo dos 10 homicídios por 100 mil habitantes, não deverá haver alteração em sua situação. Nesse Indicador, recentemente o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) divulgou o *Atlas da Violência 2017*, baseado em dados de 2015 e seguindo metodologia e parâmetros totalmente diversos daquele preconizado pela OMS, conforme será detalhado no item a seguir.

Nos demais municípios da AID, nota-se pequeno declínio nos homicídios dolosos entre janeiro e maio de 2017 na comparação com igual período de 2016 em Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu, e permaneceu no mesmo patamar em Senador José Porfírio

O indicador de registro de entorpecentes se relaciona ao tráfico de drogas e, assim, é um importante indicador de violência por conta de sua ligação com outros tipos de delitos, como furtos, roubos ou mesmo homicídios. Em Altamira a série histórica mostra clara tendência de queda nos registros por 100 mil habitantes desde 2012, mas a taxa por 100 mil habitantes continua muito acima do limite do parâmetro mínimo de classificação, que é 14 por 100 mil habitantes. Mesmo com a contínua queda, em 2016 a taxa ainda foi de 61,6. Porém, ela já chegou a 159,4 em 2013 e declinou para 113,4 em 2014 e 86,5 em 2015. Entre janeiro e maio de 2017 o número absoluto de registros chegou a 22 diante dos 26 em igual período de 2016. Com isso, possivelmente a tendência de queda da taxa deverá permanecer, muito embora ainda seja insuficiente para melhorar a classificação de Altamira, como “em atenção”. Nos demais municípios, a situação é classificada como “satisfatória” em Anapu e Brasil Novo. Fato a se destacar é a reclassificação neste último município, pois Brasil Novo reverteu a tendência na série histórica para queda, assim como a taxa, de 13,4, ficou abaixo do parâmetro mínimo de 14 por 100 mil habitantes. Já Senador José Porfírio e Vitória do Xingu continuam a ser classificados como “em atenção”, pela tendência de aumento da taxa por 100 mil habitantes na série histórica analisada. Entre janeiro e maio de 2017, constata-se alta no registro de entorpecentes em Anapu e Vitória do Xingu e queda em Senador José Porfírio e Brasil Novo, mas o monitoramento da

evolução ao longo do ano deve continuar a fim de verificar se não se trata de variações ocasionais.

B) TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES

A Taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve destaque em junho com a divulgação do *Atlas da Violência 2017*⁸ na grande imprensa, dando especial destaque a Altamira, apresentado como o município mais violento do país, e apontando a construção da UHE Belo Monte, como responsável por tal quadro. Ressalte-se, no entanto, que esse *Atlas da Violência* não se confunde com o *Mapa da Violência*, divulgado há mais de uma década e que tradicionalmente é referência no *ranking* da violência no país, sendo que o último foi divulgado em 2016.

Em segundo lugar, o *Atlas de Violência* do Ipea, utiliza método e parâmetros completamente diversos e, assim, não é comparável a qualquer outro levantamento realizado no mundo. Já os dados do *Mapa da Violência* utilizam método e parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS) e, dessa forma, podem ser comparados aos demais estudos, muito embora tenha realizado uma pequena alteração na mensuração, agora se atendo à média do número de homicídios dos últimos três anos considerados, a fim de obter uma cifra para 100 mil habitantes. Saliente-se que, o *Mapa da Violência 2016* coloca Altamira na 101ª posição dentre os municípios mais violentos do país, e no 7º lugar no estado do Pará, sendo, portanto, números diversos dos divulgados pela Ipea.

O monitoramento realizado pela Norte Energia, e apresentado nos Relatórios Consolidados Semestrais desde 2012 utiliza a metodologia preconizada pela OMS, e leva em consideração o número de homicídios dolosos, exatamente a fim de permitir a comparabilidade com outros estudos e localidades, seja do Pará seja do restante do mundo.

Já o *Atlas da Violência 2017* do Ipea baseia-se em dados de 2015 do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e contabiliza não somente os homicídios dolosos, mas todas as ocorrências consideradas como violentas, ou mesmo as mortes violentas indeterminadas. Neste último caso, baseia-se na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e, assim, contabiliza as “*lesões autoprovocadas intencionalmente; agressões; intervenções legais e operações de guerra; e eventos cuja intenção é indeterminada*”, ou os “*acidentes fatais, inclusive mortes no trânsito; suicídios; homicídios (acrescido de latrocínios e lesão corporal dolosa seguida de morte); e mortes decorrentes de intervenção policial*”⁹. Ou seja, são somadas às ocorrências, as mortes não naturais para as quais o sistema de informação não

⁸ *Atlas da Violência 2017*, IPEA/FBSP, Rio de Janeiro, junho de 2017.

⁹ *Atlas da Violência 2017*, idem, ibidem, página 48.

consegue determinar a causa inicial. Portanto, o estudo do Ipea soma ocorrências indeterminadas, sob a alegação de que os dados oficiais possam estar subnotificados.

O monitoramento da Norte Energia, por seu turno, trabalha com os dados oficiais coletados mensalmente junto à Superintendência de Polícia Civil (Segup) do Pará, em Altamira, da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, sem inflar os dados, visto que não há como inferir que possam estar subnotificados. Assim, os dados ora apresentados neste Relatório são de 2016, e os dados mensais são até maio de 2017. Por fim, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes utiliza a projeção demográfica, que leva em consideração o afluxo populacional por conta da construção da UHE Belo Monte, e não os dados do IBGE, que considera apenas o aumento inercial de população sem o impacto do afluxo, como foi utilizado pelo Ipea.

Dessa forma, ao se comparar as informações do *Atlas da Violência 2017*, do Ipea, do *Mapa da Violência 2016*, e do monitoramento da Norte Energia pode-se notar as diferenças de dados, por conta dessas variáveis mencionadas. No estudo do Ipea, a taxa de homicídios (somando-se as mortes indeterminadas, os homicídios culposos, as mortes no trânsito, suicídios, etc.) em Altamira, para uma população considerada em 2015 de 108.382 habitantes foi de 107,0 para 100 mil habitantes, o que colocava o município no primeiro posto dentre os mais violentos do país. Nesse caso, saliente-se que caso o Ipea tivesse utilizado os dados da projeção demográfica com o impacto do afluxo, a população a ser considerada seria de 139.863 (dados de junho de 2015). Assim, a taxa deveria ser de 81,5 por 100 mil habitantes, o que colocaria Altamira na 12ª posição no estudo do Ipea.

Já o *Mapa da Violência 2016*, que utiliza apenas os homicídios, conforme preconiza a OMS sem acrescer os demais dados, e a partir da média de ocorrências de 2012, 2013 e 2014, obteve uma taxa de homicídios de 50,0 por 100 mil habitantes (menos da metade) do estudo do Ipea, colocando Altamira na 101ª posição no país, como destacado acima. Saliente-se que, mesmo essa taxa encontra-se significativamente acima da taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes. Acima dessa cifra, a OMS classifica a situação como epidemia de violência.

Pelos dados monitorados mensalmente pela Norte Energia, a taxa de homicídios de 2012 em Altamira foi de 42,2 por 100 mil habitantes, de 54,9 em 2013, de 62,6 em 2014, decaiu para 56,5 em 2015 e para 42,6 em 2016. Como destacado, trata-se de uma taxa ainda muito alta, e mesmo a queda da taxa nos dois últimos anos, em 2015 e 2016 ainda não foi o suficiente para reverter a tendência de alta na série histórica analisada, desde 2007. Os mesmos dados mostram que Altamira jamais esteve próximo ao parâmetro da OMS nessa série, sendo que a menor taxa ocorreu em 2009, quando chegou a 27,3 homicídios por 100 mil habitantes, mesmo assim, quase três vezes acima do parâmetro considerado da OMS. Em outros termos, independentemente da UHE Belo Monte, o município sempre apresentou altas taxas de homicídios.

Dentre as causas da violência em Altamira, como salientado, o Ipea aponta a construção da UHE Belo Monte. Para tanto, argumenta que “foi feito um exaustivo trabalho com dados de todos os municípios brasileiros desde 1980 e concluímos que a

cada 1% de diminuição na taxa de desemprego de homens faz com que a taxa de homicídio diminua de (sic) 2,1%”¹⁰. Somado a tais aspectos, o Ipea argumenta que a dinamização da economia pode trazer mazelas, e um terceiro ponto seria a desorganização social provocada pelo aumento do emprego e mercados ilícitos. Todavia, por mais que possa haver concordância com parte dos argumentos, trata-se de suposições, visto que o Ipea não realizou qualquer estudo em Altamira, e se baseia em dados de apenas um ano.

Além disso, a Norte Energia não tem governança sobre o tema segurança pública. Entretanto, como já destacado em outros Relatórios Consolidados, em 2011 foi estabelecido um Termo de Cooperação entre a Segup e a Norte Energia, e desde então, já foram repassados R\$ 115 milhões para que a Instituição invista em segurança nos municípios da AID.

Quanto aos demais municípios da AID, igualmente a taxa de homicídios encontra-se significativamente acima do parâmetro da OMS. Nesses casos, há a influência dos pequenos números, isto é, em municípios menos populosos, qualquer variação no número absoluto de homicídios pode influenciar na taxa para 100 mil habitantes. Por conta dessas características, os autores do *Mapa da Violência* passaram a considerar a média dos homicídios dos últimos três anos para tentar diminuir a influência do acaso na taxa de homicídios. A Norte Energia, todavia, não leva em consideração essa alteração no cálculo, pois entende que mesmo o intervalo de três anos não é suficiente para dissipar eventuais influências do acaso nos pequenos números. Esse espaço de tempo deveria ser mais amplo, como a série histórica analisada pelo monitoramento (entre 2007 e 2016), uma vez que essas variações do acaso seriam naturalmente menos influentes no resultado final ao longo do período.

Levando-se em consideração essa metodologia, nota-se em Anapu uma tendência de aumento na taxa de homicídios na série histórica, sendo que somente em 2011 a taxa foi de 8,9 por 100 mil habitantes. Porém, desde 2012, a taxa se mostra constantemente acima do parâmetro da OMS, sendo 49,3 nesse ano, decaiu para 30,5 em 2013, ainda assim, significativamente acima de 10 homicídios, e a partir de 2014 há um constante aumento, sendo 53,4 em 2014, 73,4 em 2015 e chegou a 87,2 em 2016. Em termos relativos, trata-se de uma taxa de homicídios superior a de Altamira.

Em Brasil Novo, que por sua pequena população, poderia haver influência do acaso na taxa, igualmente a série histórica apresenta clara tendência de alta. Somente em 2007, a taxa foi menor que o parâmetro da OMS, com 5,3 homicídios para 100 mil habitantes. A partir desse ano a taxa aumentou para 66,6 em 2008, e oscilou nos anos seguintes, mas sempre em patamar muito acima da OMS, com 35,4 em 2009, 31,8 em 2010, aumentou significativamente para 57,9 em 2011, decaiu para 38,1 em 2012 e para 38,8 em 2014. Porém, em 2015 aumentou para 79,7 e em 2016 chegou a 60,4 por 100 mil habitantes. Como se pode notar, por mais que haja a influência dos

¹⁰ *Atlas da Violência 2017*, idem, ibidem, pp. 19/20.

pequenos números, e por mais que se possa levar em consideração a média histórica de três anos para tentar anular a influência do acaso, a taxa se mostra consistentemente muito acima do parâmetro da OMS.

Senador José Porfírio é o município que apresenta a maior variação na taxa, e a que mais se coaduna com a hipótese da influência do acaso nos números pela pequena população. Entretanto, ao se verificar a série histórica, constata-se claramente uma tendência de alta na taxa de homicídio. Ao se averiguar por ano, realmente, em 2007, 2009, 2011 e 2013, a taxa ficou abaixo do parâmetro da OMS, respectivamente, com 7,0; 6,9; 7,8 e 8,2. Porém, em 2008, a taxa foi de 20,6 por 100 mil habitantes, em 2010 chegou a 76,4, em 2012 foi de 16,0, em 2014 de 16,7. E, em 2015 e 2016 a taxa se mostra significativamente alta, com 85,8 e 87,6, maior em termos relativos que Altamira. Enfim, constata-se que apesar das variações anuais por conta de sua pequena população, ao longo de uma série histórica, Senador José Porfírio apresenta taxas de homicídios por 100 mil habitantes significativamente elevadas.

Vitória do Xingu também apresenta variação na taxa na série histórica por conta da pequena população. Com isso, a própria tendência da taxa é de leve alta, não tão significativa como nos demais municípios da AID da UHE Belo Monte. Dentre os cinco municípios monitorados, Vitória do Xingu é o que apresenta o maior número de anos com taxa abaixo da OMS, caso se leve em consideração a taxa de 2007, que foi de 10,3, praticamente dentro do patamar aceitável. Em 2010 e 2014 a taxa chegou a 0,0, não havendo registros de homicídios em Vitória do Xingu, sendo que em 2011 chegou a 7,2 e em 2012 a 9,7. Nos demais anos a taxa foi maior que o parâmetro da OMS e tal variação certamente é influenciada pelos pequenos números. Assim, a taxa foi significativamente alta em 2008, com 51,0 e em 2009, com 41,4, quando ainda não havia a construção da UHE Belo Monte. Em 2013, a taxa foi de 18,8 e em 2015, de 19,7. No entanto, em 2016 a taxa cresceu para 56,7, patamar similar ao de Altamira. Nesse caso, novamente é possível que haja influência da pequena população municipal, mas é algo a ser monitorado nos próximos anos.

C) CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A comparação do número de registros de ocorrências do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente em Altamira entre 2015 e 2016, apresenta diminuição nos registros de “gravidez na adolescência” entre um ano e outro, assim como houve queda na “fuga de domicílio”, de “negligência profissional” e em menor medida, de “crianças e adolescentes fora da escola”. Dentre os tipos de ocorrências que apresentaram incremento nos registros constam “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, “prostituição, estupro e abuso sexual”, “adolescentes em conflito com a lei”, “maus tratos/espancamento”, “abandono/negligência dos pais ou responsáveis”, “dependência química” e “conflitos familiares”.

Já na comparação entre os primeiros três meses de 2016 e 2017, apresenta um declínio no registro da quase totalidade dos tipos de ocorrências. Dentre as quedas de registros estão “fuga de domicílio” (35 para 12), “crianças e adolescentes sem registro de nascimento” (61 para 36), de “conflitos familiares” (243 para 122), de “maus

tratos/espancamentos” (74 para 40), “crianças e adolescentes fora da escola” (61 para 36), “abandono/negligência de pais ou responsáveis” (147 para 99). Também se mostra positivo a diminuição de registros de “adolescentes em conflito com a lei” (57 para 42) e “dependência química” (38 para 29), que haviam aumentado em 2016. Dentre os registros que tiveram incremento na comparação entre o período, estão a “negligência profissional”, de 5 para 7, a “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes”, passando de 25 para 33 registros, e “gravidez na adolescência”, mas neste último caso, em números absolutos praticamente se manteve estável, com 14 e 15 registros respectivamente em 2016 e 2017 em igual período.

Em Anapu, na comparação dos registros de ocorrências entre 2015 e 2016 constata-se variação negativa nos registros de “adolescentes em conflito com a lei”, “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, “crianças e adolescentes fora da escola” e “abandono/negligência”. Nota-se aumento de registros em “prostituição, estupro e abuso sexual” e “gravidez na adolescência”.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e 2017, em Anapu, nota-se a queda de registros de “prostituição, estupro e abuso sexual”, sendo que em termos absolutos os números são baixos (queda de dois para um registro no período) e de “fuga de domicílio” (de 9 para 8). Constata-se aumento nos registros de “adolescentes em conflito com a lei”, que passou de 2 para 8 registros, “conflitos familiares” (de 26 para 54) e “maus tratos/espancamentos” que, neste caso, passou de um para dois registros. No caso de “gravidez na adolescência” não houve registros no primeiro trimestre de 2017.

Em Brasil Novo, na comparação entre 2015 e 2016 ocorre queda nos registros de “dependência química” que de 10 registros em 2015 passou a zero em 2016. Também se verifica queda em “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, em “negligência profissional”, “fuga de domicílio”, “crianças e adolescentes fora da escola” e “gravidez na adolescência”. Houve aumento de registros de “conflitos familiares”, “abandono/negligência”, “adolescentes em conflito com a lei”. Os registros de “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes” e os “maus tratos/espancamentos” igualmente apresentaram um crescimento no período.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e 2017 em Brasil Novo, constata-se que houve queda em “fuga de domicílio” (de 4 para 1 registro), sendo que no caso de “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes”, que havia crescido significativamente no ano anterior, apresentou queda de 4 para 2 registros em números absolutos. O mesmo ocorreu com “maus tratos/espancamentos”, que decaiu em relação a 2016, passando de 14 registros para 6 em igual período, “conflitos familiares”, o tipo de registro que mais tinha crescido no ano anterior, e em 2017, no primeiro trimestre caiu de 65 para 44 registros no período. Dentre os tipos de ocorrências que aumentaram, encontram-se o “abandono/negligência” (de 11 para 27), e a “dependência química”, que não tinha registro em 2016 e houve cinco em 2017 em igual período. A “gravidez na adolescência” não tinha registro no primeiro trimestre de 2016 e apresentou um em 2017.

Em Senador José Porfírio constata-se que a maior queda nos registros de ocorrências foi em “dependência química”, que tinha quatro registros em 2015 e não houve registro em 2016. Houve também queda em “gravidez na adolescência”, “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, “crianças e adolescentes fora da escola” e “abandono/negligência”. Houve aumento nos registros de “maus tratos e espancamentos”, de “adolescentes em conflito com a lei”, de “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes” e de “negligência profissional”, com 33%.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e 2017 em Senador José Porfírio, verifica-se queda nos “maus tratos e espancamentos” (de 9 para 3 registros), na “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes”, que passou de 7 para 4 registros em igual período, e nos “adolescentes em conflito com a lei” (de 8 para 6). Constata-se aumento de registros em “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, que passou de um para quatro no mesmo período, e “gravidez na adolescência”, que passou de um para dois registros.

Em Vitória do Xingu na comparação entre 2015 e 2016, verifica-se diminuição nos registros de “fuga de domicílio”, e no caso de “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes” houve igual número de registros em 2015 e 2016. Quanto aos demais tipos de ocorrências, houve aumento em “gravidez na adolescência”, “abandono/negligência dos pais ou responsáveis”, “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, “maus tratos, espancamento”, “adolescentes em conflito com a lei”.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e 2017 em Vitória do Xingu, constata-se declínio nos registros de “abandono/negligência dos pais ou responsáveis” que decaiu de 23 para 3 registros em igual período, “gravidez na adolescência”, que de 4 registros caiu para 1, “conflitos familiares”, que de 40 caiu para 13 em igual período e “maus tratos/espancamentos”. Também como fato positivo, os “adolescentes em conflito com a lei”, passou de 6 registros para 0 em igual período. Os registros de “Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes”, passou de 1 para 2 registros em termos absolutos

D) EVOLUÇÃO DE CONTRATAÇÕES DE MÃO DE OBRA

A evolução do número de empregos diretos relacionados ao empreendimento é avaliada a partir dos dados das contratações de trabalhadores próprios do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) e de terceiros (subcontratados) para as obras civis do empreendimento, apresentados mensalmente. Esse indicador se constitui em um dos principais calibradores da projeção demográfica dos municípios da AID da UHE Belo Monte, atualizada semestralmente nos relatórios consolidados. Em função da localização do empreendimento, os municípios que receberam impacto do número de trabalhadores foram Altamira e Vitória do Xingu.

Para a análise desse indicador, o total da mão de obra é estudado por tipo de trabalhador, por sua origem, se é migrante ou regional (natural do estado do Pará) e

desse último, quantos são de Altamira, Vitória do Xingu e dos demais municípios da AID da UHE Belo Monte.

Em junho de 2017, últimos dados disponibilizados, havia uma total de 2.959 trabalhadores, sendo 2.766 do CCBM e 193 de terceiros. Comparado a dezembro de 2016, nota-se uma redução de 2.550 trabalhadores (-46,3%), visto que eram 5.509 trabalhadores (5.372 próprios e 137 terceiros).

Tal decréscimo deve-se ao processo de desmobilização de mão de obra que ocorre desde o segundo semestre de 2015, mas que acelerou seu ritmo a partir do segundo semestre de 2016 e início do primeiro semestre de 2017. Na comparação com junho de 2016, a redução foi de 69,5%, visto que havia 9.716 trabalhadores (9.419 próprios do CCBM e 297 terceiros). Esse aumento no ritmo de desmobilização teve reflexos na projeção demográfica, como destacado neste Relatório.

Na comparação da distribuição regional, verifica-se que, em junho de 2017, a mão de obra do estado do Pará (incluindo Altamira) era de 2.569 (86,8% do total da mão de obra), sendo que havia especificamente 1.369 moradores de Altamira (46,3% do total da mão de obra). Na comparação com dezembro de 2016, a mão de obra de todo o estado do Pará era de 5.031 (91,3% do total da mão de obra), sendo 2.094 de Altamira (38,0% do total do total da mão de obra). A proporção da mão de obra do estado do Pará de junho de 2017 ante dezembro de 2016 caiu levemente, mas a de Altamira aumentou consideravelmente (de 38,0% em dez/16 para 46,3% em jun/17). Tal característica confirma o que foi apresentado no Relatório anterior, de que o processo de desmobilização ocorreu mais intensamente entre trabalhadores de outros estados ou municípios do estado, preservando-se os moradores de Altamira na medida do possível.

Quanto aos trabalhadores dos outros municípios da AID da UHE Belo Monte, em junho de 2017 havia 133 contratados em Vitória do Xingu (4,5%) e em Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio havia 31 contratados (1,0%). Na comparação com dezembro de 2016, em Vitória do Xingu houve praticamente estabilidade no número de trabalhadores em termos absolutos em junho de 2017 (de 135 ante 133), mas em termos relativos, houve elevação de 2,4% em dezembro de 2016 para 4,5% em junho de 2017, como informado acima. Já em Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio houve pequena alteração em termos relativos (de 0,8% em dezembro de 2016 para 1,0% em junho de 2017), pois os valores absolutos eram muito baixos frente ao total, que passou de 46 contratados em dezembro de 2016 para 31 contratados em dezembro de 2017, como já informado.

Finalmente, destaca-se que a mão de obra desmobilizada é monitorada por pesquisa específica, realizada pelo Programa de Desmobilização de Mão de Obra (3.6), que se utiliza de pesquisa amostral para cada tipo de trabalhador (por origem declarada, como a AID, regional e não regional), e seus números podem ser constatado no 3º Relatório Amostral do Programa, como já mencionado neste Relatório Consolidado.

Com relação aos indicadores de Condições de Vida, construídos a partir da Pesquisa de Condições de Vida (PCV), foram apresentados no 11º RC. A pesquisa é anual,

realizada em meados do ano e o banco de dados e tabulação são finalizados no final do ano, quando é feita a análise. Assim, a 5ª Campanha da PCV será apresentada no 13º RC.

E) ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

Apesar de as municipalidades não atualizarem os dados de arrecadação municipal desde 2012, no caso de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, há como se inferir acerca dos impactos positivos que a construção da UHE Belo Monte trouxe aos municípios no que se refere aos repasses. Especificamente no caso de Vitória do Xingu, até 2010 era um município deficitário e tinha uma receita de pouco mais de R\$ 9 milhões anuais. A partir do início do empreendimento, a situação se alterou radicalmente, e somente de ISSQN, o município recebeu R\$ 485 milhões de repasses até 2016. Altamira, por seu turno, recebeu R\$ 124 milhões em repasses do ISSQN.

Além disso, ao se considerar os demais impostos gerados, no caso dos Tributos Federais (IRRF PJ, INSS, CSLL, PIS, COFINS, dentre outros), a UHE Belo Monte gerou mais de R\$ 213 milhões, seguido pelos Tributos Estaduais (ICMS / PA e DF), com mais de R\$ 199,063 milhões.

Por fim, os repasses da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CMPFRH 2016 – JUN/NOV) foram assim distribuídos por município e para o estado:

- ✓ Altamira: R\$ 2,536 milhões
- ✓ Vitória do Xingu: R\$ 2,346 milhões
- ✓ Brasil Novo: R\$ 4,9 mil
- ✓ Pará: R\$ 4.888.000 arrecadação.

7.4.1 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS E METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO

O atendimento aos objetivos e metas do Projeto é apresentado a seguir.

7.4 - ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS E METAS DO PLANO / PROGRAMA / PROJETO

OBJETIVOS E METAS	STATUS DE ATENDIMENTO
<p>Acompanhar a evolução dos aspectos socioeconômicos dos municípios da All da implantação da UHE Belo Monte, definida em seus estudos ambientais, e que compreendem os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Porto de Moz, Gurupá e Pacajá;</p> <p>Identificar situações não previstas de alterações significativas nas características socioeconômicas da população da All, desde o início da implantação até a desmobilização da mão de obra e períodos que seguem;</p> <p>Fornecer subsídios para eventuais necessidades de realização de ajustes nas medidas previstas para mitigar os seus impactos, e também para orientar a atividade de planejamento dos municípios;</p> <p>Subsidiar eventuais estudos para a implantação de medidas de mitigação ou compensação de impactos e novas situações identificadas, previstas ou não</p>	<p>Em atendimento.</p> <p>Para a viabilização dos Objetivos propostos, o Programa 7.4 desenvolveu uma metodologia própria de levantamento e análise dos Indicadores socioeconômicos, baseadas em dados primários e secundários, cada qual com periodicidade própria. Foram implantados os bancos de dados que permitem a tabulação de informações que permitem acompanhar a evolução dos indicadores e, dessa forma, identificar e propor medidas necessárias para as ações socioambientais a serem realizadas.</p>
<p>Avaliação das transformações ocorridas no contexto da qualidade de vida das populações atingidas pelo empreendimento incluindo as dimensões sociais, econômica, culturais e ambientais;</p>	<p>Em atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todos os diferentes aspectos estão sendo monitorados na periodicidade definida; - Trata-se de atividade contínua do Programa <p>No Anexo 7.4 - 1 é apresentada a análise detalhada de todos os indicadores e no Capítulo 2, item 7.4.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS, é apresentado um recorte dos principais indicadores, com um análise resumida.</p>
<p>Retroalimentação das ações contidas nos Programas Ambientais permitindo possíveis correções de percurso durante suas respectivas implantações;</p>	<p>Em atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - A troca de informações com outros Programas é uma atividade sistemática; - Trata-se de atividade contínua. <p>No Capítulo 2, item 7.4.1. INTRODUÇÃO, é apresentada a retroalimentação com outros Programas.</p>
<p>Avaliação do quadro populacional e dinâmica populacional em função da atração de população devida ao empreendimento;</p>	<p>Em atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram realizados 14 projeções demográficas e 10 campanhas dos censos populacionais. Esses últimos iniciaram em 2012 como levantamentos exploratórios, por demanda do Projeto 5.3.19, e chegou-se à conclusão que deveriam ser implantados como levantamentos semestrais. Assim, a partir de 2013 estabeleceu-se uma rotina de campanhas a cada 6 meses. - Trata-se de atividade contínua. <p>No Anexo 7.4 - 1 e no Capítulo 2, item 7.4.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS, são apresentados os dados e um resumo da análise da dinâmica populacional.</p>
<p>Avaliação das alterações no quadro das atividades econômicas;</p>	<p>Em atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - São monitorados todos os indicadores na periodicidade definida, com exceção dos dois indicadores de Finanças Públicas, para os quais há dados até 2011 e 2012, devido à não publicação das contas municipais pela Secretaria do Tesouro Nacional; - Trata-se de atividade contínua. <p>No Anexo 7.4 - 1 são apresentados os dados e no Capítulo 2, item 7.4.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS, é apresentado um resumo da análise das atividades econômicas.</p>
<p>Avaliação da alteração dos gastos e da arrecadação municipal, incluindo os repasses de recursos estaduais e federais, de modo a inferir ao longo do tempo a situação das contas municipais em face da aplicação dos recursos.</p>	<p>Em atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores monitorados, mas para os dois indicadores de Finanças Públicas há dados até 2011 e 2012, devido à não publicação das contas municipais pela Secretaria do Tesouro Nacional; <p>Há dados disponíveis para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) De 2007 a 2012 para Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Medicilândia, Pacajá e Uruará; 2) De 2007 a 2011 para Altamira, Porto de Moz; 3) De 2007 a 2010 para Vitória do Xingu; 4) De 2007 a 2009 para Gurupá, 5) 2007, 2009 e 2010 para Placas; <ul style="list-style-type: none"> - Trata-se de atividade contínua.

7.4.3. ATIVIDADES PREVISTAS

Quanto às atividades previstas para o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), pretende-se dar continuidade às atividades desenvolvidas ao longo do ano, sendo cumpridos os mesmos procedimentos estabelecidos e executados pelo Programa desde 2012. Assim, será realizada a coleta dos indicadores primários e secundários de periodicidade mensal ou trimestral, dos indicadores prioritários como, as projeções demográficas, a evolução do número de matrículas nas escolas, as contratações do CCBM, as ocorrências policiais, dentre outros.

Também serão realizados os Levantamentos populacionais censitários de periodicidade semestral nas quatro localidades de interesse, desde que não se perceba uma tendência de redução da população. Caso se verifique esse comportamento, pretende-se realizar mais um censo e, confirmada a queda populacional, pode-se considerar a possibilidade do levantamento semestral ser encerrado. Já a Pesquisa de Condições de Vida (PCV), anual, cujo campo ocorre, normalmente, entre junho e agosto, manterá as atividades de crítica, digitação, construção e depuração da base de dados entre novembro e dezembro, época em que é feita a tabulação e análise dos dados.

Como executado mensalmente, o planejamento e o acompanhamento diário do andamento do Programa 7.4 serão feitos com base nos princípios do aprimoramento da qualidade e do cumprimento dos prazos das atividades, para subsidiar as ações mitigadoras que se façam necessárias no âmbito do PBA. Será mantida, também, a crítica em duas etapas, a alimentação do sistema e a criação do banco de dados e das representações gráficas dos indicadores, bem como a análise dos indicadores com dados disponíveis.

Será realizada, também, a atualização das projeções demográficas dos municípios da AID da UHE Belo Monte com periodicidade semestral (em 2015, em atendimento a uma solicitação do Ibama, esse indicador foi monitorado trimestralmente, voltando à periodicidade semestral em 2016). Além disso, nas projeções demográficas, sempre que necessário serão inseridos novos dados e realizadas avaliações específicas.

No caso da “Evolução do número de matrículas nas escolas”, continuarão a ser monitoradas todas as escolas urbanas da AID da UHE Belo Monte, bem como as escolas das localidades de Leonardo da Vinci e Belo Monte, em Vitória do Xingu, Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, em Anapu, que passariam a ser classificadas como escolas urbanas, e as escolas rurais do TVR (EMEFs Céu Azul, Itatá, Luiz Rebelo, Maria do Carmo Farias, PA Ressaca, Planalto e Santa Izabel).

A partir dos levantamentos realizados pelo Programa 7.2 nas comunidades da Ressaca, Ilha da fazenda e Garimpo do Galo, quando da realização da mobilização porta a porta, serão realizadas estimativas de afluxo populacional, com indicações da motivação da vinda para essas localidades.

7.4.4. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS

O cronograma gráfico é apresentado na sequência.

7.4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades operacionais previstas do Programa 7.4 para o primeiro semestre de 2017 foram todas realizadas. O **Quadro 7.4–27** mostra o total de ofícios protocolados por ano nas instituições locais fontes de dados primários. Esse procedimento viabilizou a coleta e análise das informações socioeconômicas, cumprindo o objetivo de estabelecer parcerias com outros atores institucionais envolvidos.

Quadro 7.4-27 – Total de ofícios protocolados de 2012 a 2016 e primeiro semestre de 2017, nas instituições locais fontes de dados primários dos 5 municípios da AID da UHE Belo Monte¹

MUNICÍPIOS DA AID	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (até junho)	TOTAL
Altamira	25	18	32	24	19	9	118
Anapu	8	5	2	3	0	3	18
Brasil Novo	8	5	8	2	0	5	23
Senador José Porfírio	8	5	2	3	0	6	18
Vitória do Xingu	8	6	4	5	3	3	26
TOTAL	57	39	48	37	22	26	203

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

1. Os ofícios solicitando dados para todos os municípios da AID e para todos os municípios da AII foram contabilizados em Altamira, pois foi o município onde foram protocolados.

Já no **Quadro 7.4–28**, pode-se visualizar o esforço da equipe de campo, por meio da quantificação do total de visitas feitas, por semestre, nas fontes de dados primários, a fim de garantir a coleta de forma tempestiva da UHE Belo Monte.

Quadro 7.4-28 – Visitas realizadas¹, por semestre, de 2012 a maio de 2017 para coleta de dados primários nos 5 municípios da AID da UHE Belo Monte

FONTE DE DADOS PRIMÁRIOS		2012		2013		2014		2015		2016		2017	TOTAL
		1ºSem	2ºSem	1ºSem	2ºSem	1ºSem	2ºSem	1ºSem	2ºSem	1ºSem	2ºSem	1ºSem (até maio)	
Escolas	Total de Visitas	197	526	622	536	715	582	882	633	680	501	430	6.304
	Nº Médio de Escolas Urbanas	59	88	85	89	94	96	87	87	85	87	87	86
	Nº Médio de Escolas Rurais	7	44	40	45	49	49	46	45	45	45	13	42
Total de Visitas - Instituições		197	183	242	259	285	286	331	349	261	236	135	2.764
Total de Visitas - Censo Populacional²		298	284	739	655	1.191	2.905	2474	4.176	2.378	1.311	3009	19.420
Total de Visitas – PCV³		-	-	-	787	-	790	50	1.217	-	4.145	-	5.772
TOTAL		692	993	1.603	2.237	2.191	4.563	3.737	5.158	3.319	6.193	3574	34.260

Fonte: WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

1. Os dados incluem os retornos realizados.

2. Inclui todo o levantamento realizado: entrevistas nos domicílios, recusas e levantamento de domicílios fechados, domicílios não localizados, estabelecimentos comerciais casas abandonadas, casas em construção e terrenos baldios.

3. A PCV é uma pesquisa em painel, que levanta anualmente os mesmos domicílios sorteados, com início em julho e término em agosto.

7.4.6. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

PROFISSIONAL	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CTF
Mário Yasuo Kikuchi	Coordenador de Socioeconomia	Sociólogo	1.087/SP	315270
Maria Elena Turpin	Coordenadora de Execução e Suporte Técnico	Engenheira agrônoma	CREA – 0601700594	5469879
Aldria Lima dos Santos	Suporte técnico	Ensino Médio	-	-
Denivan da Silva	Suporte técnico	Técnico em mineração	-	-
Elaiane Suzana de Carvalho	Suporte técnico	Técnica em Web	-	6037600
Mayara de Almeida Silva	Suporte técnico	Licenciatura em Ciências Materiais - Química	-	5518229
Mirian Celerino dos Anjos Lima	Suporte técnico	Técnica em Edificações	CREA - 28605TDPA	-
Pamela Freitas de Assis	Suporte técnico	Engenheira Ambiental	-	5813507
Rosana Pandolfo	Suporte técnico	Tecnóloga em Processos Gerenciais	-	5937858
Wagner da Rocha	Suporte técnico	Técnico agrícola	CREA - 083739-8	5786964
Marcelo Pitta	Consultor	Estatístico	-	5817360
Paulo Campanário	Consultor	Demógrafo	-	5555942

7.4.7. ANEXOS

Anexo 7.4 – 1 – Análise dos Indicadores

Anexo 7.4 – 2 – Controle de Ofícios

Anexo 7.4 – 3 – Ofícios Protocolados

Anexo 7.4 – 4 – Anexo Fotográfico – Coleta de dados nas Instituições Locais e Escolas dos municípios da AID da UHE Belo Monte

Anexo 7.4 – 5 – Anexo Fotográfico – Levantamento Censitário nas localidades de interesse - 10ª Campanha

Anexo 7.4 – 6 – Roteirização